

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

FRANCIELE LAGNI HENRIQUES

**MIGRAÇÃO CATARINENSE: DESLOCAMENTO
POPULACIONAL NA MICRORREGIÃO DE JOAÇABA**

FLORIANÓPOLIS, 2011

FRANCIELE LAGNI HENRIQUES

**MIGRAÇÃO CATARINENSE: DESLOCAMENTO POPULACIONAL
NA MICRORREGIÃO DE JOAÇABA**

Monografia submetida ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharelado.

Orientador: Prof. Dr. Lauro Francisco Mattei

FLORIANÓPOLIS, 2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 10 à aluna Franciele Lagni Henriques na disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Lauro Francisco Mattei

Prof.^a Carmen Gelinski

Prof. Dr. Valdir Alvim da Silva

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, por me amparar e estar ao meu lado a cada dia, e por ter me dado força para concluir o curso. Aos meus pais, por ter me ensinado a viver com dignidade, por sempre incentivarem os meus estudos e por doarem-se inteiramente renunciando os seus sonhos para que eu pudesse realizar os meus; e ao meu irmão Douglas que com sua ternura e carinho, me proporcionam momentos de alegria ao seu lado.

Um especial agradecimento ao meu esposo, Davi, que compreendeu meus momentos de ausência e estresse, apoiou-me; ajudou-me e incentivou-me na conclusão de minha faculdade e na realização dos meus objetivos.

As minhas amigas Fabiana, Karina e Valquíria pela sincera amizade construída ao longo dos anos da faculdade, e por tantas emoções, tristezas e alegrias que desfrutamos juntas nesses anos. Aos meus amigos, Sâmara e Max, pelo empréstimo do computador tão necessário para a conclusão da monografia; e por todos amigos e familiares que colaboraram e incentivaram na conclusão da minha graduação em economia.

E ao meu professor orientador, Prof. Lauro, que com devida atenção e apoio, auxiliou-me e direcionou os meus estudos para que essa pesquisa fosse efetuada com sucesso.

Feliz é aquele que confia no Senhor (Provérbios 16:20)

RESUMO

A mudança de domicílio para outra região, país ou estado é algo que já acontece a muito tempo - migrar faz parte da realidade humana. Entretanto, os fluxos populacionais influenciam socioeconomicamente e geograficamente os espaços envolvidos e estão diretamente interligadas no desenvolvimento econômico de cada região. Portanto é importante analisar as condições nos quais ocorrem esses processos migratórios e o que está influenciando esses deslocamentos. Nesse sentido, esta pesquisa aborda o tema sobre migração interna na microrregião de Joaçaba do período entre 2000 a 2010, com o objetivo geral de compreender as características do movimento migratório na microrregião nesse período. Para tanto, usou-se de um debate teórico e uma análise documental de registros demográficos e socioeconômicos da microrregião de Joaçaba, segundo as áreas de abrangência das Secretarias de Desenvolvimento Regionais pertencentes a essa microrregião. Por fim, esse trabalho buscou analisar os fatores de expulsão, procurando compreender o porquê desse resultado e quais as possíveis conseqüências da direção do movimento migratório nessa microrregião.

Palavras-chave: Fluxo Migratório, Microrregião de Joaçaba, Desenvolvimento Socioeconômico.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição Espacial da População – Microrregião de Joaçaba – 2000 e 2010	38
Tabela 2- IDH-M da Microrregião de Joaçaba - 1991 a 2000.....	42
Tabela 3 - PIB per capita das SDR's no Período de 2002 a 2008 – Microregião de Joaçaba..	44
Tabela 4 - Renda Per Capita – Microrregião de Joaçaba – 1991 e 2000.....	50
Tabela 5 - Crescimento e Distribuição Populacional segundo a SDR de Joaçaba – 2000 a 2010	55
Tabela 6 - Crescimento e Distribuição Populacional segundo a SDR de Videira – 2000 a 2010	57
Tabela 7 - Crescimento e Distribuição Populacional segundo a SDR de Caçador – 2000 a 2010	58
Tabela 8 - Saldo Migratório e Taxa Líquida de Migração referente a SDR de Joaçaba – 2000 a 2010	60
Tabela 9 - Saldo Migratório e Taxa Líquida de Migração referente a SDR de Videira – 2000 a 2010	61
Tabela 10 - Saldo Migratório e Taxa Líquida de Migração referente a SDR de Caçador - 2000 a 2010	62

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Grau de Urbanização das SDR's da Microrregião de Joaçaba – 2000 e 2010.....	39
Gráfico 2 - População ocupada da Microrregião de Joaçaba em 2010	40
Gráfico 3 - Evolução do PIB nas SDR's da Microrregião de Joaçaba – 2002 a 2008	44
Gráfico 4 - Evolução do PIB por setor econômico da SDR Joaçaba – 2002 a 2008.....	45
Gráfico 5 - Evolução do PIB por setor econômico da SDR Caçador – 2002 a 2008	45
Gráfico 6 - Evolução do PIB por setor econômico da SDR Videira – 2002 a 2008	46
Gráfico 7 - Evolução PIB - Setores Econômicos - Microrregião de Joaçaba do período de 2002 a 2008	47
Gráfico 8 - Empregos e Empresas segundo setor em 2008 – Microrregião de Joaçaba	49
Gráfico 9 - Grau de Urbanização 2000 e 2010 – Microrregião de Joaçaba e Santa Catarina ..	58
Gráfico 10 - Saldo Migratório da Microrregião de Chapecó, Curitibanos e Joaçaba no período de 2000 a 2010.....	64

SUMÁRIO

1 TEMA E OBJETIVOS DA PESQUISA	10
1.1 Introdução.....	10
1.2 Objetivos	12
1.2.1 Objetivo Geral	12
1.2.2 Objetivos Específicos.....	12
1.3 Metodologia.....	13
1.4 Estrutura do Trabalho.....	14
2 DETERMINANTES DA MIGRAÇÃO INTERNA E A OCUPAÇÃO ESPACIAL DO TERRITÓRIO.....	16
2.1 As "Leis da Migração"	16
2.1.1 Visão Neoclássica: Decisão individual e racional de migrar.....	18
2.1.2 Enfoque Histórico-Estrutural: Relações sociais e mudanças estruturais ...	22
2.2 Comportamento Familiar e a Migração	24
2.3 Dinâmica do Processo de Ocupação do Espaço	26
3 CARACTERÍSTICAS SOCIECONÔMICAS DA MICRORREGIÃO DE JOAÇABA.....	29
3.1 Revisão Histórica do processo de ocupação espacial e formação econômica de Santa Catarina com destaque ao Meio Oeste Catarinense ...	29
3.1.1 Desenvolvimento econômico e industrialização.....	32
3.2 Características Socioeconômicas da Microrregião de Joaçaba	37
3.2.1 Aspectos Gerais da População	37
3.2.2 Aspectos Sociais da Microrregião.....	40
3.2.2 Aspectos Econômicos da Microrregião	43
3.2.1.1 <i>Produto Interno Bruto</i>	43
3.2.1.2- <i>Empresas, Emprego e Renda Média da População</i>	47
4 ANÁLISE MIGRATÓRIA DA MICRORREGIÃO DE JOAÇABA	53

4.1 Características Demográficas atuais das Secretarias pertencentes à Microrregião de Joaçaba	53
4.2 Saldos Migratórios nas Secretarias de Desenvolvimento Regionais e seus respectivos municípios – Microrregião de Joaçaba	59
4.3 Resultado dos movimentos populacionais na microrregião de Joaçaba	65
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	72

1 TEMA E OBJETIVOS DA PESQUISA

1.1 Introdução

A Microrregião de Joaçaba pertence à mesorregião do Oeste Catarinense. Seu processo de colonização deu-se, em sua maioria, por descendentes de italianos migrantes das regiões gaúchas - em especial Caxias do Sul, entre as décadas de 1920 a 1960, atraídos pelas propagandas governamentais que enfatizavam a possibilidade da recriação das suas práticas culturais e econômicas. (SANTOS, 1998)

Em razão da abundância de terras férteis com preços acessíveis, clima favorável, proximidade com a estrada-de-ferro somado a qualidade de mão-de-obra que migrou para essa região, o comércio local cresceu rapidamente. A economia caracterizou-se pelo predomínio da agricultura familiar voltada ao mercado e integrada à agroindústria, e hoje, como em toda a região Oeste, a principal atividade econômica é a agroindústria.

Atualmente, o Meio Oeste catarinense destaca-se nos índices econômicos e sociais, conforme dados apresentados pelo SEBRAE (2010); em 2006, participava com 6,3% do PIB estadual e o 4º melhor PIB per capita do Estado. A composição do seu Valor Adicional Bruto (VAB), que compõe o PIB, corresponde a 12,5% do setor agropecuário, 42,3% do setor industrial e 45,2% do setor de serviços; sendo que, na agropecuária essa coordenadoria regional apresenta o 3º melhor VAB do estado, e o segundo melhor VAB estadual do setor industrial.

Os índices sociais também possuem destaque, pois apresentam bom índice de desenvolvimento humano e social, que acompanha o padrão da região Oeste, com um índice considerado alto, tendo no IDH de 2000, cinco cidades representantes dentre os 20 melhores municípios para se viver no Brasil (PNUD, 2000). Portanto, a coordenadoria regional do Meio Oeste, que por sua vez abrange a microrregião de Joaçaba, representa importante papel na economia estadual.

Também conhecida como Vale do Rio do Peixe, a microrregião de Joaçaba é composta por 27 municípios dentro os quais, 11 são banhados pelo Rio do Peixe; e é subdividida geograficamente por três Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDR), a de Caçador, de Joaçaba e de Videira. A Secretaria de desenvolvimento regional de Joaçaba é composta pelos municípios de Água Doce, Capinzal, Catanduvas, Erval Velho, Herval d' Oeste, Jaborá, Ibicaré, Joaçaba, Lacerdópolis, Luzerna, Ouro, Treze Tilhas e Vargem Bonita, conforme FIGURA 1. A SDR de Caçador contém os municípios de Caçador, Calmon, Lebon

Régis, Macieira, Matos Costa, Rio das Antas e Timbó Grande (FIGURA 2); e a SDR de Videira abrange os municípios de Arroio Trinta, Fraiburgo, Iomerê, Pinheiro Preto, Salto Veloso, Tangará e Videira, conforme FIGURA 3. (SDR, 2010)



FIGURA 1- SDR de Joaçaba
Fonte: Governo de Santa Catarina, 2011



FIGURA 2 – SDR de Caçador
Fonte: Governo de Santa Catarina, 2011



FIGURA 3 – SDR de Videira
Fonte: Governo de Santa Catarina, 2011

Como visto anteriormente, no início do século XX o processo de migração dessa região caracterizou-se por um fluxo migratório rural-rural que influenciou na dinâmica economia local e em todas as áreas do macro ambiente. Pode-se perceber que os movimentos migratórios estão presentes desde tempos antigos, mas com o passar do tempo as características dos fluxos foram se transformando, e hoje o principal fluxo migratório é o rural-urbano.

Migrar faz parte da vida humana, mas toda migração implica mudanças. Esses fluxos influenciam socioeconomicamente e geograficamente os espaços envolvidos, e estão diretamente interligadas no desenvolvimento de cada região, portanto é importante analisar as condições nos quais ocorrem esses processos migratórios e o que está influenciando esses deslocamentos.

Esse processo possui uma característica distinta e visível na sociedade, conduz a alterações no espaço e na estrutura da população e está constantemente mudando a “paisagem” das regiões afetadas. O fenômeno vem sendo estudado desde décadas passadas, e ao longo do tempo passou a abordar duas linhas teóricas, uma visão neoclássica e uma visão estruturalista, no qual se destacou o tema sobre atração e repulsão das regiões.

Dessa forma, o estudo da migração na microrregião de Joaçaba tem sua origem na preocupação com a forma de crescimento e o nível de desenvolvimento da mesma, uma vez que a migração faz parte do processo de desenvolvimento. Portanto, procura-se por meio deste estudo responder a seguinte indagação: quais as características do movimento migratório na microrregião de Joaçaba no período entre 2000 a 2010?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Compreender as características do movimento migratório na microrregião de Joaçaba no período entre 2000 a 2010.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Realizar uma revisão teórica sobre os fatores de atração ou expulsão que influenciam na migração da população.
- b) Identificar e descrever as principais características socioeconômicas dos municípios que integram a área de abrangência das Secretarias de estado de desenvolvimento regional na microrregião de Joaçaba.

c) Analisar o comportamento do fluxo migratório no espaço geográfico das Secretarias de Desenvolvimento Regional que compõem a microrregião de Joaçaba, entre o ano de 2000 a 2011, identificando os fatores de atração e expulsão.

1.3 Metodologia

Para atingir os objetivos da pesquisa foi necessária a realização de uma investigação científica, buscando explicações de um fenômeno - um conjunto de procedimentos técnicos e intelectuais que resultam em um conhecimento de determinado assunto (GIL, 2006).

A particularidade deste trabalho requereu a escolha do método dedutivo fundamentado em premissas dos fatos observados na região.

Esta pesquisa terá uma abordagem descritiva, necessária para entender determinadas situações e relações que ocorrem na microrregião de Joaçaba, buscando conhecer o fenômeno da migração se manifesta.

Uma revisão bibliográfica fará suporte para o entendimento do tema, com utilização de livros, artigos, monografias, revistas, e sítios eletrônicos devidamente especificados; necessários para o debate teórico do trabalho, tendo como pioneiro o artigo de Ravestein, “As Leis da Migração” de 1889, que influenciou outros autores como Everett Lee em seu artigo “Uma Teoria sobre a Migração”.

Ao longo do tempo o estudo da migração passou a abordar duas linhas teóricas, uma visão neoclássica e uma estruturalista, destacando o estudo sobre fatores de expulsão e atração das regiões. Essas visões fundamentam o tema e ajudam na compreensão dos fatores que ocasionam a decisão de migrar.

Migração é o fluxo de indivíduos de um lugar para outro, seja ele dentro de um determinado país ou entre países, ocasionado por diversos fatores que influenciam a sua vontade de se deslocar, ou não. Segundo Moura (1980, p. 11) “A migração é um fenômeno reflexo, isto é, uma manifestação de processos e transformações sociais e econômicas”. E segundo Everett Lee (1980, p.99-100):

De maneira geral, define-se migração como uma mudança permanente ou semipermanente de residência [...] Não se incluem nesta definição todas as classes de mobilidade espacial. Ficam fora, por exemplo, os movimentos contínuos dos nômades e dos trabalhadores migratórios, para as quais, não

existe residência para um período prolongado; como também os deslocamentos temporários, como as férias.

Além do estudo bibliográfico o trabalho apresentará uma análise documental de registros demográficos e socioeconômicos da microrregião de Joaçaba, desde a década de 2000 a 2010, analisando as informações registradas em documentos e dados estatísticos de órgãos públicos e instituições públicas e privadas, mais especificamente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Programa das Nações Unidas, Confederação Nacional dos Municípios e Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional. Richardson (2008, p. 228), relata que “os órgãos públicos e privados mantêm um registro ordenado e regular dos acontecimentos mais importantes da vida social: demográficos, econômicos, educacionais, sanitários, etc”.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), além de outras funções, é o órgão que analisa e organiza as pesquisas estatísticas obtidas pelos censos, apoiando o governo no seu planejamento econômico e social. Através dessa pesquisa estatística, desenvolve-se uma análise da problemática da migração na microrregião de Joaçaba.

Para responder a indagação da problemática de pesquisa utiliza-se de dados secundários – principalmente as publicações dos censos demográficos, sendo esses expostos e apresentados através de tabelas e gráficos comparativos. Os censos demográficos apresentaram as características da população através de informações como: características gerais de uma população; migração de determinados locais; deslocamento da população; nível de educação, trabalho e rendimento de cada habitante. Essas publicações foram a base das informações para o conteúdo aqui descrito.

No decorrer do trabalho também serão analisados os índices e características apresentados na área de abrangência das Secretarias envolvidas no estudo, abordando a influência migratória registrada no ambiente de cada SDR da microrregião de Joaçaba, associando-os as teorias apresentadas.

1.4 Estrutura do Trabalho

O presente trabalho está estruturado em cinco capítulos, de acordo com os objetivos específicos traçados; sendo o primeiro, a introdução do assunto abordado. Esse capítulo

apresenta o tema de pesquisa, a partir de uma breve contextualização da microrregião de Joaçaba, bem como a identificação das cidades que fazem parte dessa investigação, além dos objetivos e metodologia utilizados.

O segundo capítulo apresenta duas linhas teóricas em estudo, uma caracterizando a teoria acerca das migrações com descrição dos movimentos migratórios e outra descrevendo o processo de ocupação do espaço e suas implicações. Essa reflexão servirá como referencial teórico para os demais capítulos.

O terceiro capítulo discute as principais características dos municípios que fazem parte da área de abrangência das Secretarias de Desenvolvimento Regional existentes na microrregião de Joaçaba, através de uma abordagem socioeconômica da mesma, considerando-se que desenvolvimento socioeconômico e movimentos populacionais estão estritamente ligados.

O quarto capítulo faz uma análise dos movimentos migratórios na microrregião desde 2000 até 2010, examinando e identificando os fatores de atração e expulsão que interferem no movimento populacional na microrregião.

O quinto e último capítulo apresenta as considerações finais do trabalho, com ênfase nas principais questões apontadas pelos fluxos migratórios ocorridos no período de 2000 a 2010.

2 DETERMINANTES DA MIGRAÇÃO INTERNA E A OCUPAÇÃO ESPACIAL DO TERRITÓRIO

Migração é um fenômeno estudado de uma forma muito heterogênea, são diversos os enfoques que se tem a respeito do processo de deslocamento populacional, derivados da Antropologia, Demografia, Economia, Sociologia, História e Geografia. As teorias produzidas sobre migração sofreram mudanças e estiveram influenciadas pelo mundo industrial e pelo desenvolvimento econômico. Ravenstein (1889, p.241) já observava isso quando anuncia que “as nossas leis da população, e as leis econômicas em geral, não têm a rigidez das leis físicas, porque estão continuamente sob a interferência da ação humana”.

Como o estudo da migração tem uma grande abrangência, nesse capítulo optou-se por fazer uma distinção dos principais clássicos de duas linhas teóricas, os aportes dos neoclássicos e os histórico-estruturalistas; tendo como base os estudos de Ravenstein. Dando continuidade ao aporte teórico, o final dessa seção contém uma breve abordagem da análise do comportamento familiar dentro das teorias evidenciadas.

A outra linha em estudo do capítulo refere-se ao processo de ocupação do espaço e suas implicações, contribuindo para o entendimento da formação de desigualdades e características diferenciadas no espaço geográfico.

2.1 As "Leis da Migração"

Em meio ao ambiente da Revolução Industrial onde o estilo de vida, baseado na agricultura, passa a ceder terreno a uma vida mais promissora nas cidades - época da transição do campesinato para assalariado – Ravenstein (1980) em sua obra “As Leis da Migração” estabeleceu suas próprias leis analisando os movimentos migratórios da época com base em dados estatísticos do Censo Populacional do Reino Unido de 1881.

Ravenstein possui um caráter precursor, no que diz respeito ao estudo do processo de deslocamento da população, vários de seus temas foram posteriormente estudados contribuindo para o debate teórico posterior. Através de vários estudos e tendo a impressão de que a migração parecia ocorrer sem qualquer lei definida, ele formulou as “leis da migração”

que demonstra a influência dos fatores econômicos sobre a decisão de migrar. (RAVENSTEIN, 1980)

Sua obra enumera diversos fatores que ocasionam uma decisão de migração, como por exemplo, o clima, o solo, vegetação, recursos naturais, nível de desenvolvimento econômico, educação, religião, tecnologia, urbanização e emprego. Ele também classifica os fluxos migratórios em migrantes locais, de curtas e médias distâncias, migrantes temporários – caracterizados pela população “flutuante”.

Como importante colaboração do autor tem-se as “leis da migração”, onde os fluxos migratórios possuem características específicas e podem ser sintetizadas em três grupos, o primeiro contendo características individuais do migrante, outro com características econômicas e o último com características dos fluxos migratórios. (MIOTO, 2008)

Em seu artigo Ravenstein relata que existem diferenças individuais e específicas para cada indivíduo, por exemplo, entre as migrações de mulheres e homens, onde as mulheres são mais migratórias que os homens em curtas distâncias, mas a distâncias maiores os adultos do sexo masculino atingem índices de migrações maiores. Outro exemplo encontra-se entre os nativos das cidades e os das zonas rurais, os que são nativos de meios urbanos migram menos dos que os das zonas rurais. (RAVENSTEIN, 1980)

O autor identificou que os motivos econômicos são as principais causas que levam ao deslocamento das pessoas, principalmente pelas diferenças econômicas existentes, pelo desejo de melhorar de vida e pelo êxodo rural. E com base nos comentários de Everett Lee, identificou a influência que os novos recursos técnicos a informatização e a informação exercem.

O artigo caracterizou a migração com os seguintes aspectos: cada corrente principal de migração produz uma contracorrente compensatória; processo de dispersão é o inverso do de atração, mas possui características semelhantes; na maioria dos casos as migrações são para curtas distâncias e dirigem-se normalmente para os centros de comércio e de indústria; e os migrantes que percorrem longas distâncias também preferem os grandes centros de comércio e indústria. (LEE, 1980). Ocasionalmente assim uma grande diferença do fluxo de migração urbano-rural. Segundo Ravenstein (1980, p.26) as grandes cidades “proporcionam facilidades tão extraordinárias à divisão e à combinação do trabalho, ao exercício de todas as artes e à prática de todas as profissões que, a cada ano, um número maior de pessoas nelas possa habitar”.

Outra característica da migração é a migração em cadeia onde:

As pessoas que residem em áreas nas cercanias de uma cidade que esteja rapidamente crescendo, deslocam-se para esta, sendo os vazios deixados pela população rural, preenchidos por migrantes oriundos de distritos mais remotos, até que a força de atração de uma de nossas cidades em rápido crescimento passe a ser sentida gradativamente nos mais remotos pontos. (RAVENSTEIN, 1980, p.199)

Dos estudos feitos por Ravenstein, um dos mais importantes é sua análise das correntes migratórias em regiões com características de atração ou repulsão. Sua influência acarretou em estudos de outros autores como Everett Lee (1966) que se aprofundou no tema sobre atração e repulsão das regiões. Analisando os fatores positivos (mão-de-obra abundante, terras disponíveis, vantagens econômicas, entre outros) e negativos (baixos salários, clima, escassez de alimento) que levaram as pessoas a migrarem das áreas consideradas repulsivas ou Push, para áreas de atração ou Pull, ficando conhecido como modelo de *push-pull*

O estudo das migrações teve como grande precursor e contribuinte os estudos de Ravenstein, que proporcionara um debate teórico entre duas linhas principais, os neoclássicos e os marxistas. Estes teóricos defendem determinados aspectos de atração e expulsão das localidades e os fluxos migratórios ligados ao desenvolvimento econômico, porém possuem uma abordagem diferente sobre cada assunto.

2.1.1 Visão Neoclássica: Decisão individual e racional de migrar

A análise das migrações, a partir das tendências econômicas, foi abordada principalmente pelos neoclássicos, sob uma visão microeconômica, no qual privilegiam a decisão individual e racional do migrante que direciona seu capital humano em direção a lugares com expectativas de vantagens econômicas mais expressivas.

Ravenstein se destacou na ciência econômica com seu estudo sobre visão do fluxo migratório influenciado pelo motivo econômico, e afirmou que “a procura de mão-de-obra em nossos centros industriais e comerciais é, sem dúvida, a causa primeira das correntes migratórias” (1980, p.64). Suas classificações e conceitos serviram como inspirações para os neoclássicos, e influenciaram no estudo do cálculo racional do indivíduo que motiva a decisão individual de permanência ou mudança, identificando para onde a maior parte das pessoas se desloca.

No campo teórico dos Neoclássicos o fenômeno migratório não é representado apenas por uma expressão demográfica, como um movimento de pessoas de um lugar para outro, mas sim é um processo principalmente econômico. Eles se preocupam com a economia do espaço e com o desequilíbrio entre a demanda e a oferta de mão-de-obra do sistema capitalista.

Os neoclássicos estudam as livres e espontâneas vontades dos indivíduos a se deslocarem, reações que são influenciadas principalmente pelas maiores vantagens econômicas. Ferreira (1986) classifica essa visão como “comportamentalista”, visto que os indivíduos tomam suas decisões de acordo com as características dos mercados capitalistas.

Salim (1992, p. 124) aponta que “na ótica neoclássica, os estudos da migração pressupõem o cálculo racional e a livre decisão dos indivíduos - ou seja, a mesma lógica locacional das firmas”, em que o indivíduo vai agir racionalmente calculando os custos e benefícios que terá desenvolvendo sua curva de utilidade. No centro do processo migratório há uma decisão de um indivíduo entre a permanência ou a migração, tendo em vista a posse de informações sobre as características das possíveis regiões de mudança, e o contexto da situação individual e coletiva.

Essa escolha racional do indivíduo vai depender da avaliação de fatores positivos e negativos associados à região de origem e de destino, denominado por Everett Lee (1980, p.198) como “fatores do ato migratório”, segundo ele “os fatores que entram na decisão de migrar e o processo migratório podem ser resumidos sob quatro epígrafes: 1 – fatores associados ao local de origem; 2 – fatores associados ao local de destino 3 – obstáculos intervenientes; 4 – fatores pessoais”.

Esses fatores são distintos e podem ser diferentes das áreas de origem. Como exemplos dos dois primeiros fatores encontram-se motivos variados que vão desde fatores econômicos até a infraestrutura do local ou o clima. Como obstáculos intervenientes têm-se os custos provenientes do deslocamento a distância, as características que abrange as “leis da migração”, entre outros; e como fatores pessoais verifica-se um leque de opções, que vai depender de cada indivíduo. Segundo Everett Lee (1980, p.198):

Em qualquer área existe inúmeros fatores que atuam no sentido de atraí-las para sua área, ou expulsa-las. Alguns fatores afetam a maioria das pessoas, enquanto outros afetam pessoas distintas. Por exemplo, um clima saudável atrai e um clima insalubre repele, para a maioria das pessoas. Já um bom sistema escolar, para um pai/mãe que tenha filhos pode atrair ou repelir; já para um solteiro pode ser indiferente.

Em síntese, os fatores de migração no local de origem e destino podem ser positivos, negativos ou nulos, o saldo desses fatores somado aos obstáculos intervenientes e fatores pessoais é que determinam a decisão de migrar. Desse modo, a explicação de migração indica-nos que são os fatores positivos e negativos que levaram as pessoas a migrarem das áreas consideradas repulsivas (Push) para áreas de atração (Pull).

Mas o autor reconhece que “o conhecimento da área de destino raramente é exato, de fato, alguma das vantagens e desvantagens da área somente serão perceptíveis ao viver nelas” (LEE, 1980, p. 103). Portanto nem sempre a decisão de migrar é totalmente racional, visto que muitas vezes envolve informações que são desconhecidas.

Os neoclássicos verificam que fatores econômicos, sociais e políticos desfavoráveis possuem um fator de repulsão que na maioria dos casos é mais decisivo que o fator de atração, principalmente os fatores econômicos. A migração é vista como consequência da expectativa de renda dos indivíduos no destino em relação à renda da anterior, contanto os custos de migrar. (SJAASTAD, 1962)

Tendo em vista que a migração da força de trabalho ocorre principalmente pelos diferenciais de salário, o estudo da migração do capital humano também é realizado com uma análise de custos/benefícios - diferenciados no tempo. Os modelos de Todaro (1969), Sjaastad (1962) e Harris & Todaro (1970) abordam esse fenômeno da migração sob o ângulo da teoria do capital humano onde se acredita que não só deve levar em conta os diferenciais de renda mas também o diferencial de renda esperada.

Esses autores trouxeram à discussão a influência do desemprego urbano na tomada de decisão do migrante. Dada as qualificações que os migrantes possuem, eles estimam um retorno líquido favorável e decidem em migrar ou não - faz-se uma análise econômica dos custos e benefícios baseados nas variações de rendimentos, expectativa e oportunidade de emprego; portanto, a esperança da renda e a probabilidade de encontrar emprego de qualidade influenciam na direção do fluxo - a decisão de migrar está atrelada a possibilidade de obtenção de emprego.

Dessa forma admitiram as relações entre o mercado, trabalho e renda como fatores do deslocamento espaciais de trabalhadores (SJAASTAD, 1962). Todaro argumenta que a migração é fruto das desigualdades na oferta e demanda de trabalho, desigualdade esta caracterizada pela diferenciação de renda e probabilidades de adquirir emprego, a teoria do capital humano considera, portanto, a obtenção de custo-benefício do processo migratório tendo em vista as diferenças de renda entre as áreas de origem e destino. (FERREIRA, 1986)

A migração deve ser tratada como um investimento que pode ocasionar em custos e/ou retornos, o investimento no capital humano (força de trabalho em forma de mercadoria) resulta na melhoria do rendimento monetário e psíquico das pessoas. Sjaastad (1962 apud FERREIRA, 1986) distingue esses custos/retornos em privados e sociais, e podem ser tanto elementos monetários como não monetários.

Os custos privados monetários podem ser, por exemplo, as despesas de deslocação e alimentação; já os custos não-monetários dividem-se em custos de oportunidade (o dinheiro que deixa de receber no deslocamento e na procura de emprego) e “custos psíquicos” (mudança de grupos de amigos, afastamento dos familiares). Como benefícios identificam-se como exemplo os ganhos nominais e “preferências” pela nova região.

O fluxo migratório, à luz da teoria desses autores, deve ser visto como um processo que tende a certo equilíbrio, a decisão de migrar depende da percepção - por parte do migrante - do retorno líquido esperado, tomando assim a decisão de migrar. Essa direção tomada e a intensidade dessa migração podem ou não, corrigir as desigualdades de emprego e renda entre as regiões e a distribuição eficiente de recursos.

Segundo Sjaastad (1962, p. 123)) “uma migração constituída por 10% de pessoas altamente qualificadas (com poucas crianças) pode contribuir mais para elevar a renda per capita do Mississipi do que um fluxo migratório mais intenso, porém menos seletivo”. Assim, nem sempre a “direção certa” (áreas onde obtêm os maiores salários e melhores rendimentos) dos fluxos contribui no retorno econômico e social.

O autor também relata que mesmo os movimentos ocorrendo na direção certa, ainda existe disparidades de renda em condições de pleno emprego, que são explicada pelas diferença do investimento em capital humano. Em uma situação de concorrência perfeita reduziria diferenças de rentabilidade no investimento de capital humano, tendo em vista a hipótese de equilíbrio com pleno emprego. Verifica-se então a necessidade de existência de um equilíbrio de fluxo migratório, com políticas destinadas a restringir o processo migratório, influenciando na igualdade entre as expectativas dos valores presentes dos rendimentos, ou seja, os valores presentes (em termos de expectativa) das diferentes regiões deveriam ser próximos, até atingir um nível de equilíbrio no mercado de trabalho urbano de pleno emprego.

Com a industrialização a migração para os centros urbano foram aumentando cada vez mais, pois oferecia um diferencial na renda aos trabalhadores. Ocasionalmente assim na acumulação de capital humano em locais com grandes reservatórios de trabalhadores desempregados, afetando na probabilidade do migrante encontrar emprego e na crescente massa de desempregados. Abordando esse tema Michael Todaro (1980,p.166) enfatiza a

importância de se estabelecer um pacote de políticas públicas significativas contribuindo na organização de mais áreas atrativas, não somente os grandes centros urbanos.

A existência desses desequilíbrios e desigualdades, decorrente do processo histórico vinculado ao desenvolvimento do sistema capitalista, influenciou a evolução das migrações. Torna necessária a existência de desigualdades econômicas entre as regiões para que o processo migratório ocorra.

2.1.2 Enfoque Histórico-Estrutural: Relações sociais e mudanças estruturais

As teorias sobre a migração interna estiveram influenciadas pelo mundo industrial e pelo desenvolvimento econômico, assim, outras teorias dos movimentos migratórios foram surgindo para compreender a complexa realidade social que se evidenciava. Desta forma, fez-se uma abordagem mais ampla da mobilidade espacial a partir de uma classe social em busca de trabalho, com deslocamentos guiados por relações sociais inevitáveis, ou estratégia de sobrevivência. Segundo Orlandina Oliveira e Cláudio Stern (1980, p. 253) “o processo de migração interna adquire significado ao ser estudado dentro do processo mais geral de transformação sócio-econômica de uma estrutura social-agrária em uma estrutura industrial”.

A linha teórica histórico-estrutural dá ênfase às relações sociais e mudanças estruturais como determinantes dos fluxos e não aos cálculos individuais. Os autores dão outro tipo de tratamento aos processos migratórios, onde os fluxos migratórios são em decorrência das novas necessidades e ditames que o desenvolvimento econômico e capitalista exigiu.

Como uma das mais importantes contribuições nesse pensamento teórico encontra-se o artigo de Paulo Singer (1980), que será a base desse resgate histórico. Segundo ele a migração está historicamente condicionada aos processos de industrialização e do desenvolvimento econômico "as migrações internas não parecem ser mais que um mero mecanismo de redistribuição espacial das atividades econômicas" (SINGER, 1980, p. 219).

A industrialização tende a oferecer uma variedade de serviços, influenciando na atração da população ao redor dessas áreas, ela tende a recomodar - espacial e setorialmente - uma variedade de atividades econômicas, além de modernizar as técnicas de produção e aprofundar a divisão social do trabalho. A necessidade de utilização da infraestrutura existente

nessas áreas acarreta na existência de aglomerados espaciais, que influenciam no surgimento da cidade industrial. (SINGER, 1980)

Tendo em vista essas transformações sociais, o autor defende que no estudo da migração deixa de ter sentido investigá-la como um movimento de indivíduos, pois as livres e espontâneas vontades dos indivíduos foram modificadas - o migrante deixa de ser um número e passa ser um grupo, “o fluxo determina os movimentos unitários e estes só podem ser compreendidos em um quadro mais geral daquele” (SINGER, 1980, p. 237).

Há dois fatores que, segundo o autor, atuando em conjunto provocam os deslocamentos populacionais - o primeiro é o fator de expulsão (divididos em fatores de mudança e os fatores de estagnação) e o segundo é o de atração. Os fatores de expulsão das regiões são ocasionados pelas transformações ocorridas na área de origem e problemas sociais postos pela nova realidade da sociedade, como os excedentes econômicos, as transformações no mundo do trabalho - decorrentes da industrialização e globalização - e o crescimento exorbitante das cidades.

Os fatores de mudança referem-se a introdução de formas capitalistas com novas técnicas de produção, causando um aumento da produtividade local e conseqüentemente redução do nível de emprego, influenciando na migração para outras áreas. Esses fatores:

Decorrem da introdução de relações capitalistas nessas áreas, acarretando na expropriação de camponeses, a expulsão de agregados, parceiros e não proprietários, tendo por objetivo o aumento da produtividade do trabalho e a conseqüente redução do nível de emprego. (SINGER, 1980, p.223)

Paulo Singer (1980, p.218) também enfatiza que “numerosas atividades manufatureiras que antes eram combinadas com atividades agrícolas, são separadas dessas, passando a ser realizadas de forma especializada em estabelecimentos espacialmente aglomerados”.

Já os fatores de estagnação associam-se pela escassez de recursos que gera a impossibilidade de se obter ganhos de produtividade da terra, assim há pressão populacional sobre os meios de produção agrícola, “crescente pressão populacional sobre uma disponibilidade de áreas que podem ser limitadas” principalmente pela monopolização dos grandes proprietários ou pela insuficiência física de áreas produtivas, orientando então o movimento migratório para regiões beneficiadas por fatores de atração.

Os fatores de atração determinam as áreas para as quais se direcionam os fluxos migratórios, os fatores que contribuem para essa atração variam desde oferta de serviços públicos até demanda para força de trabalho (considerada o fator mais importante, pois faz

parte das expectativas de rendimento dos indivíduos). Porém existem obstáculos que o migrante se depara, com observa Singer (1980, p.226), acabando por ser marginalizado e não encontrando a oportunidade que esperava:

De um lado, nem sempre o migrante possui as qualificações necessárias nem a bagagem cultural exigida pelos novos empreendimentos, por outro lado, a insuficiência de recursos impede a determinado números de migrantes de alcançar êxito na luta competitiva que se trava dentro do mercado urbano de trabalho.

Apesar dos obstáculos, as cidades apresentavam um fluxo de migração progressiva, ocorrendo uma mobilidade não uniforme. Nesse contexto Singer (1980, p. 219) relata que “as migrações internas não parecem ser mais do que um mero mecanismo de redistribuição social espacial da população que se adapta ao arranjo espacial das atividades econômicas”, atividades estas concentradas em formas desiguais no espaço geográfico. Portanto, como abordava os neoclássicos, o autor também defende que o principal fator das migrações são as desigualdades “a criação de desigualdades regionais pode ser encarada como motor principal das migrações internas que acompanham a industrialização nos moldes capitalistas” (SINGER, 1980, p.223).

2.2 Comportamento Familiar e a Migração

A decisão de migrar também tem sido abordado a partir da forte ligação entre estado civil e tendências migratórias, onde a unidade central da tomada de decisão do deslocamento é a família. Essa teoria tenta interligar as abordagens individuais da teoria neoclássicas com as histórico-estrutural, sob a visão de uma perspectiva familiar ou domiciliar.

As teorias estudadas até aqui são muito importantes e tiveram grande colaboração no estudo da migração, mas possuem algumas limitações. Muitas literaturas ignoram o aspecto familiar da migração, tratando a família como única unidade não como um grupo com indivíduos heterogêneos e diferentes entre si. Nem sempre os migrantes respondem automaticamente a diferenças de renda ou emprego, visto que estão em contextos diferentes - as vezes não conseguem elaborar sua maximização individual sob um retorno esperado da migração, assim, não conseguem prever os riscos decorrentes da mesma. (MUNIZ, 2011)

Dentre esses fatores existem outros pressupostos que limitam as teorias convencionais, e para vencer algumas dessas limitações alguns autores elaboram seu estudo adotando como centro de análise a unidade domiciliar. Mincer (apud MARTÍNEZ e GARCIA) afirma que se pode obter resultados errôneos sob os determinantes da migração se não levar em consideração os componentes familiares e suas preferências individuais.

Em seu modelo o autor diferencia os gastos que se tem enquanto indivíduo solteiro e enquanto componente familiar, e isso tende a se diversificar nas sucessões de etapas da vida, com mudança da composição familiar. A presença de um cônjuge e filhos provavelmente diminui os benefícios líquidos de um movimento em potencial, principalmente se há presença de crianças, além disso, segundo o autor, as famílias tendem a apresentar menor mobilidade do que os indivíduos - visto que a decisão de migrar passa a depender de um número maior de pessoas.

Sandefur e Scott (apud PEIXOTO, 2004, p.18) também defendem a idéia da forte relação entre a unidade familiar e a migração, onde os indivíduos casados apresentam menor probabilidade de migrar - “os custos econômicos de um movimento aumentam, em determinada medida, com o número de pessoas na unidade familiar”.

Tendo em vista a composição da família, os membros tomam a decisão juntos sobre o local de destino, respeitando suas opiniões individuais, estudando os possíveis benefícios que obterão – assim, agem coletivamente para maximizar sua renda, superar as dificuldades de imperfeição do mercado e reduzir os riscos. Essa minimização dos riscos é possível tendo em vista a diversificação de alocação de recursos da família, ocasionado quando alguns membros da família migram e outros não.

Leslie e Richardson (apud PEIXOTO, 2004, p. 20), com uma visão mais sociológica, também analisa que a decisão de migrar pode ser “(...) tanto a necessidade de maior espaço habitacional, à medida que a família aumenta, como a necessidade de ajustar a habitação a mudanças no status social são forças poderosas que induzem as famílias a migrar”. Portanto nem sempre o salário é condições necessárias para que aconteça a migração, fatores como tamanho da família, estado civil, número de filhos e situação do mercado de trabalho, também tem importante influência na determinação desse fenômeno.

2.3 Dinâmica do Processo de Ocupação do Espaço

O espaço social é diferenciado pela sua conexão com a organização social, política e econômica. A terra tornou-se fonte de acumulação de capital - primariamente utilizada pela agricultura, e posteriormente adaptada por diferentes aglomerações que modificaram o seu uso. Para demarcar essas terras criaram-se os municípios e vilas, que desenvolveram-se e necessitaram de uma infraestrutura. Com vista a acompanhar essas transformações, surgiram estradas, ferrovias e portos com a finalidade de atender as necessidades da sociedade que surgia. (GOULARTI FILHO, 2010)

No final do século XIX e início do século XX ocorreram transformações decorrentes de ajustes do sistema capitalista, a revolução tecnológico-industrial alcançou grandes patamares, o mundo foi remodelando e os espaços urbanos foram tornando-se "lugares centrais" ganhando importância na dinâmica demográfica, primeiramente como vilas, depois cidades e metrópoles. Segundo Georges Benko (1996, p. 51) “assim se constituiria, graças a uma mão invisível otimizadora, desde metrópoles dotadas de teatros de óperas, até vilarejos dotados simplesmente de mercearias”, caracterizando então a hierarquia urbana.

Com o capitalismo, a urbanização foi se intensificando e a segregação assumiu novas dimensões espaciais, surgem os aglomerados urbanos ao redor de “municípios centrais”, “supondo-se que uma cidade esteja no nó da maior parte das redes e fazendo essas redes girarem em torno desse "centro de nós", vemos surgir regularmente concentrações de nós" (BENKO, 1996, p.51).

Esses aglomerados urbanos proporcionaram facilidades para a reprodução de capital, pois construíram uma infraestrutura e uma organização territorial que favoreceu a sua acumulação. Tendo em vista as facilidades em transporte e comunicação, proximidade de fornecedores, acumulação de força de trabalho e conseqüentemente maior atratividade para essa região, segundo David Harvey (2006, p. 95) os “espaços urbanos são privilegiados por concentrarem funções de comando e controle, P&D, marketing e finanças, assim se tornando particularmente atrativos para certos capitais e certas formas de produção – o que pode levar a economias de aglomeração”. Proporcionam uma mudança na paisagem geográfica e contribuindo para desigualdades espaciais.

O modo de produção capitalista apresenta permanente mudança nas suas práticas e processos materiais de reprodução social, pois é obrigado a inovar seus meios de produção para aumentar a produtividade. Segundo Marx, o capitalismo trabalha incessantemente para

alcançar o lucro e a acumulação de capital, sem levar em consideração os efeitos e consequência na sociedade - o crescimento e desenvolvimento desse sistema baseia-se na exploração do trabalho em busca da mais valia (MARX, 1985).

Após os anos 70, com a intensificação da produção científica e tecnológica, a indústria se expandiu e houve notáveis mudanças no processo de trabalho, com contribuições baseados principalmente no Toyotismo e Fordismo – aprofundamento da divisão técnica de trabalho. Os sistemas produtivos foram padronizados e aperfeiçoados, visou-se a diminuição do tempo de produção, e a eliminação dos desperdícios e dos estoques – aperfeiçoado pelo sistema de gestão just-in-time - esse sistema reorganizou o ambiente produtivo, visto que, os clientes e fornecedores foram se aproximando fisicamente dos produtores (MATTEI, 2002).

Os espaços urbanos ultrapassaram seus limites, e pela ânsia de lucratividade novos espaços são modificados a cada instante, Segundo David Harvey (2005, p. 83):

Funções de produção constantemente mudam e o espaço geográfico do capitalismo se torna instável. Impelidos pela concorrência, capitalistas individuais buscam obter vantagens competitivas no interior dessa estrutura espacial, tendendo portanto a ser atraídos ou impelidos a mudar para os locais em que os custos sejam menores ou as taxas de lucro maiores.

Pela grande e rápida expansão do mundo capitalista, as empresas necessitavam de produtos diversificados para suprir as mais variadas demandas e obter maior participação no mercado, a diversificação é uma importante estratégia de crescimento para as empresas, na medida em que permite conquistar novos mercados e ampliar o seu potencial de acumulação. Por essa busca de acúmulo de capital, o espaço se modificou para atender as exigências da indústria, que aloca e realoca trabalho, diferenciando as produções principalmente pelo frenético avanço de tecnologia. (HARVEY, 2005).

Juntamente com a industrialização, houve um processo de expansão e domínio dos espaços do globo, chamado Globalização, que constituiu uma economia-mundo através da integração dos mercados nacionais e do aprofundamento da divisão internacional do trabalho. A globalização trouxe consigo uma intensa precarização do trabalho - utilização da força de trabalho subordinada ao capitalista.

Essas modificações ocorridas na sociedade modificaram a vida das pessoas, e o intenso processo de urbanização, verificado nas últimas décadas, tem contribuído para a intensificação de deslocamentos populacionais, vinculadas às transformações do modo de produção nas relações de trabalho. (HARVEY, 2005)

Assim, como já visto anteriormente, as migrações seriam processos historicamente condicionados por características estruturais da industrialização, um processo de

redistribuição da população em função da modernização, alterações na forma de produção e também da crescente taxa de crescimento populacional (SINGER, 1980). Retomando os fatores de expulsão e atração dos estudados da seção anterior, grandes quantidades de habitantes saíam da zona rural para as cidades em decorrência da mecanização da produção rural, busca de empregos com boa remuneração, dificuldades de manutenção da agricultura de subsistência (o modelo econômico vigente privilegia os grandes latifundiários), e até mesmo a necessidade de infraestrutura e serviços.

O intenso deslocamento do campo para a cidade provocou um desequilíbrio geográfico, muitas cidades que receberam grande quantidade de migrantes não estavam preparadas para receber esse fluxo de pessoas. Os empregos não eram suficientes e muitos desses migrantes partiram para os empregos informais, a baixa remuneração e o desemprego contribuíram para o crescente número de habitante nos bairros da periferia.

Segundo Milton da Mata (1980, p. 839) “a medida que mudam-se os pólos de crescimento da economia, as pessoas são induzidas a mudarem de residência, em busca de melhores oportunidades”, claro que, os migrantes analisam os custos e benefícios de acordo com as leis da migração e as teorias analisadas anteriormente, mesmo que a curto prazo não tenham o retorno desejado, muitos deles optam por permanecer em subempregos até adquirirem as qualificações necessárias para melhores salários. Porém, o sonho da rápida inserção no mercado de trabalho urbano e melhores salários não foram realizados por grande número de migrantes, aumentando em grandes proporções a exclusão social devido ao desenvolvimento econômico.

Outro problema também ocorre com a migração de municípios menores para os maiores, pois com a diminuição da população local diminui a arrecadação de impostos, e a produção agrícola decresce, os lucros municipais internos também diminuem e muitos municípios acabam entrando em crise.

Portanto, a maneira como a riqueza é criada e distribuída tem um importante papel na construção da sociedade. Para corrigir os excedentes de determinadas regiões é necessário um ajuste espacial, com implantação de métodos e alternativas que investam no desenvolvimento econômico de diferentes áreas geográficas. (HARVEY, 2005)

3 CARACTERÍSTICAS SOCIECONÔMICAS DA MICRORREGIÃO DE JOAÇABA

O estudo socioeconômico é importante para a compreensão dos processos migratórios ocorridos em uma determinada região. Portanto esse capítulo descreve as características socioeconômicas da área de abrangência das Secretarias de Desenvolvimento Regional que fazem parte da microrregião de Joaçaba.

Com a intenção de identificar a dinâmica socioeconômica da microrregião, o capítulo inicia-se com uma revisão histórica dos acontecimentos que marcaram a colonização do território catarinense, destacando a importância dos imigrantes na reprodução econômica e no desenvolvimento dos municípios em estudo - em especial no Meio Oeste Catarinense, no qual o Vale do Rio do Peixe está inserido.

3.1 Revisão Histórica do processo de ocupação espacial e formação econômica de Santa Catarina com destaque ao Meio Oeste Catarinense

O povoamento definitivo do território catarinense ocorreu no século XVII, e esteve intimamente ligado aos interesses de navegações portuguesas e espanholas – território este inicialmente habitado pelos índios Tupi-Guarani (regionalmente conhecidos como Carijós) nas regiões litorâneas e os Jê (Xoklengs e Kaingangos conhecidos como “bugres”) no interior. (GOULARTI FILHO, 2010)

Por dar acesso ao rio da Prata, Santa Catarina ganhou importância e passou a ser cobiçado por outras nações – ocasionando conflitos e disputas. Os portos de Francisco do Sul, Laguna e Desterro ficaram conhecidos, e a antiga Desterro tornou-se importante base militar da colônia. Portugal então vê a necessidade de estabelecer uma colonização na região, pois a política da época beneficiava a posse da terra para a colonizadora, portanto Portugal passou a incentivar a imigração açoriana. (LAGO, 2000)

A partir de 1748 esses imigrantes começaram a organizar as bases do povoamento e exploração da terra catarinense - com atividades de pesca (inicialmente de subsistência e depois comercial), artesanato e agricultura de pequeno porte (GOULARTI FILHO, 2010). Eles percorreram o território na parte litorânea, e expandiram-se desde São Francisco do Sul até Laguna (LAGO, 2000).

Já o povoamento do interior de Santa Catarina, ocorreu de forma diferente. O desenvolvimento do planalto e seu comércio local, por exemplo, foram influenciados pela passagem - através de Lages - das tropas de mulas, carregadas de produtos, especialmente o charque, que percorriam o trajeto entre o Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais. No caminho dessas tropas, tendo em vista a existência de extensos campos, foram estabelecendo-se fazendas nos municípios de Lages, Curitibanos e Campos Novos - que obtiveram destaque na criação de gado. (SANTOS, 1977)

Uma outra etapa de colonização catarinense refere-se a vinda de imigrantes europeus no século XIX que se estabelecem nas colônias do Vale do Itajaí e no sul do estado - próximo aos rios. Mas foi no final desse século, depois de 1870 (quase um século depois da migração açoriana), que, com a ajuda do governo - através da política de imigração oficial - Santa Catarina recebe maior quantidade de imigrantes europeus, destacando-se os alemães e italianos. Segundo Goularti Filho (2002, p.72) “os alemães concentraram-se mais na região do Vale de Itajaí e norte; os italianos no sul e também no Vale do Itajaí; e os poloneses no Alto Vale do Rio Tijucas e no planalto norte”.

Esses imigrantes fundaram novos núcleos coloniais, além dos municípios já existentes como, Lages - fundada em 1771, Tubarão em 1836, Laguna em 1682, Ararangua e Jaguaruna, em 1848 e 1867 respectivamente. Os imigrantes que se estabeleceram nas redondezas do Vale do Itajaí e no sul do estado trouxeram sua contribuição com técnicas diferenciadas como de cultivo de grãos, vinicultura, produção de queijo e embutidos. Eles organizaram-se em pequenas propriedades mercantis e manufatureiras - que posteriormente evoluiu para uma moderna atividade industrial. O sul do estado destacou-se nas atividades carboníferas. (GOULARTI FILHO, 2010)

Há, no entanto, um agravante nesse processo de ocupação territorial, pois não foi feito sem conflitos. Os nativos, exterminados e escravizados desde a chegada das navegações portuguesas, foram os que mais sofreram conseqüências. Com os imigrantes, não foi muito diferente, segundo Goularti Filho (2002, p.71) “os colonos queriam derrubar a mata para comercializar a madeira e a erva-mate, e os índios queriam preservá-la, por ser a floresta a sua maior fonte de alimento. O conflito estava declarado [...]”.

Outros confrontos também marcaram esse processo, como a Questão de Palmas em 1895, entre Argentina e Brasil - em que foi demarcado o Oeste catarinense (somente se integrou definitivamente à Santa Catarina em 1916 pelo “Acordo de Limites” entre Santa Catarina e Paraná); e a violenta disputa entre fazendeiros e caboclos nativos, chamada de Guerra do Contestado (1912 a 1916). (LAGO, 2000)

A região do Oeste e Meio Oeste catarinense, palco de diversos conflitos, foi a última área a ser colonizada no estado. A partir de 1917, quando pacificada, conheceu forte colonização de imigrantes vindos do Rio Grande do Sul - essa colonização foi diferente das demais áreas catarinense, pois foi colonizada pelos descendentes dos imigrantes europeus. Calcula-se que, nessa época, houve cerca de 300 mil pessoas que se deslocaram do Rio Grande do Sul para Santa Catarina.

Esses imigrantes estabeleceram-se no Rio Grande do Sul em 1824, tempos depois, o crescimento demográfico dessa região, a abundância de terras férteis no oeste catarinense, e as campanhas governamentais, influenciaram no intenso deslocamento populacional dos mesmos para o norte do Rio Grande do Sul e posteriormente para o oeste catarinense. (VICENZI, 2008)

Em 1910 inaugurou-se a estrada de ferro São Paulo-Rio Grande, um ponto importante para a colonização do Vale do Rio do Peixe, essa estrada cortava toda a região do meio-oeste catarinense. Muitos trabalhadores que vieram para construção dessa ferrovia permaneceram na região, colaborando no processo de colonização da mesma, sendo o primeiro povoado estabelecido em torno da estação ferroviária e chamou-se “Colônia Bom Retiro” - atualmente encontra-se próximo a cidade de Joaçaba. Em 1923 formou-se os municípios de Capinzal, Piratuba e Concórdia (REGENSBURGER, 2006).

Juntando os imigrantes que chegaram nessa região, a construção de estradas, e as demarcações territoriais feitas pelas companhias de colonização - esse território destacou-se economicamente, principalmente pela exploração de madeira e erva mate e de pequenas atividades agropecuária – formando-se o sistema capitalista de produção local. (GOULARTI FILHO, 2010)

Em 1930 foi inaugurada uma ponte que ligou os municípios de Joaçaba e Herval D'Oeste, esse fato também contribuiu para o desenvolvimento da região, visto que o transporte era precário usado por intermédio de uma balsa. (REGENSBURGER, 2006)

O meio oeste chamava a atenção pela riqueza florestal que possuía, além das ricas terras produtivas à beira dos rios. As áreas que os colonos tomaram posse rapidamente transformaram-se em pequenas propriedades, e como primeira atividade econômica dessa região destaca-se a extração de madeira, especialmente a araucária, havendo um desenvolvimento integrado com a indústria de madeira e a agricultura. Os colonizadores estavam em busca de lucros, e partiram para uma exploração dos recursos dessa região, Segundo Goularti Filho (2010, p. 35):

Desenvolveu-se uma colonização baseada no sistema colônia-venda e na pequena propriedade voltada para a economia de subsistência e para a comercialização do excedente, estimulando desde cedo a formação de um mercado interno que rapidamente se integrou à economia nacional por meio da ferrovia.

O bom conhecimento das atividades agrícolas dos imigrantes, como a criação de animais (destacando os suínos e aves) e as atividades de subsistência, somado à disponibilidade de boas terras para a agricultura, explica o destaque do todo o Oeste e Meio Oeste como área fornecedora de alimentos e seu papel fundamental no setor primário da economia catarinense.

Cada grupo de imigrante desenvolveu suas habilidades e conhecimentos nas regiões que colonizaram, colaborando para uma nova e diferente vida econômica no território catarinense, cada região colonizada desenvolveu uma característica própria de produção, diferenciada das outras regiões. Segundo Paulo Lago (2000, p. 356) “muitos vieram, com pouco dinheiro, mas com bastante conhecimento técnicos sobre o processamento de produtos primários, de reparação e produção de ferramentas e equipamentos”.

3.1.1 Desenvolvimento econômico e industrialização

Aos poucos, em Santa Catarina, a política regional começou a se integrar com a política desenvolvimentista nacional, e as produções foram modernizando-se, estimulando o aproveitamento e desenvolvimento do potencial dos imigrantes. O que era artesanato familiar dá lugar a uma moderna atividade industrial, e a agricultura passa por um processo de modernização, criou-se então um grande complexo madeireiro e agroindustrial.

O período de 1880 a 1945, caracterizado pela entrada dos imigrantes no território catarinense, foi determinado com um padrão econômico baseado em pequenas e médias propriedades mercantis, a única exceção encontrava-se no planalto serrano onde predominava as grandes propriedades pecuárias e o extrativismo mercantil (GOULARTI FILHO, 2010).

Com base nos estudos de Alcides Goularti Filho (2002) as atividades econômicas originárias do território, destacadas no período, podem ser classificadas em quatro tipos: o extrativismo, alimentar, têxtil e a pecuária. As atividades que compõem o seguimento extrativista são a extração da erva-mate, localizadas no Vale do Rio Uruguai, no planalto Norte e no oeste; a exploração do carvão, concentrada mais ao sul do território; e a extração da madeira nas regiões do Planalto Norte, Vale do Rio do Peixe, Oeste e região Serrana.

A indústria têxtil foi desenvolvida pelo desempenho dos imigrantes e seu conhecimento fabril, nas pequenas propriedades mercantis do Vale do Itajaí e do Norte do estado. Já a indústria de alimentos iniciou-se com a vinda dos imigrantes açorianos, mas se destacou principalmente nas pequenas propriedades do oeste catarinense. E a pecuária deu-se devido ao estabelecimento dos tropeiros na região serrana e suas grandes propriedades pastoris.

Segundo Alcides Goulart Filho (2002, p.79) o Oeste Catarinense estava formado por:

Pequenas atividades comerciais e manufatureiras como mercearias, atafonas, marcenarias, moinhos, fábricas de queijo e salame, fábrica de caixa, sapatos e fundição. Esse regime de produção, baseado na pequena propriedade permitiu uma acumulação pulverizada e ao mesmo tempo o surgimento de uma diferenciação social, em que alguns colonos mais abastados começaram a subordinar o trabalho e a pequena propriedade, tornando-se grandes madeireiros ou proprietários de frigoríficos.

No oeste e meio oeste catarinense a produção agropecuária ganhou destaque através do cultivo de produtos básicos como milho, arroz e feijão, e com criação de animais como aves e suínos. Os minifúndios que ali se estabeleceram foram fator chave para a implantação da agroindústria, que somados ao suporte do estado, destacou-se como pólo produtor de produtos agropecuários. Nessa época, no meio oeste, destaca-se o surgimento dos frigoríficos da Perdígão em Videira e Ouro (1938), em Capinzal o Pagnoncelli (1942) e em Herval do Oeste. (REGENSBURGER, 2006)

Nas outras regiões do estado também se encontrava pequenas propriedades mercantis e manufatureiras como atividades de artesanato e pequenas indústrias. Essas atividades contribuíram para uma acumulação de capital distribuída e uma produção diversificada, mas por outro lado era uma acumulação lenta. (GOULARTI FILHO, 2010)

Entre as décadas de 30 e 40, a economia catarinense deu um salto, houve um aumento da produção e exportações – visto que estava mais integrada com a política econômica nacional, e mais próxima a economia paulista. Os fatores que também colaboraram com esse acontecimento foram: a colonização do oeste que aumentou a exploração madeireira (necessária para atividades como indústria mobiliária, materiais de construção, para pequenas embarcações e embalagens), a melhora na infraestrutura com a construção de estradas que facilitou a exportação, o aumento da demanda por roupas e alimentos nas regiões de São Paulo e Rio de Janeiro (ocasionada pelo processo de urbanização e trabalho assalariado), e campanhas carboníferas que tornaram obrigatória o consumo de carvão nacional em 1930. (GOULARTI FILHO, 2010)

O carvão mineral tornou-se matéria-prima de grande utilidade em meados do século XIX, como diz Paulo Lago (2000, p.75) tornou-se “a matriz energética dos países que se industrializaram”, sendo importante também para “novos meios de transporte marítimo e terrestre” que passaram a utilizar essa matéria prima.

Após os anos 30, Joaçaba passou a presenciar grande fluxo populacional, segundo Josiane Regensburger (2006, p. 51) “ocorreu a instalação das primeiras empresas industriais acarretando o desenvolvimento das demais atividades - comerciais e de serviços. [...] foram também incorporados os equipamentos e a infra-estrutura urbana”.

Concomitantemente o oeste catarinense começa a ganhar espaço no fornecimento de suínos e aves. Segundo Goulart Filho (2002, p. 105)

Até meados dos anos 40, resultado da concentração do capital comercial e madeireiro, os frigoríficos do oeste catarinense rapidamente integram-se à economia nacional, fornecendo suínos e derivados. Dentro do complexo agro-comercial, a região começava a definir sua função na divisão nacional e territorial do trabalho, como produtora e fornecedora de alimentos derivados de suínos e aves.

Esse crescimento da economia, como em todo território brasileiro, foi acompanhado por uma mudança estrutural da sociedade com a migração da população para locais onde obtinham melhores salários, melhor infraestrutura e melhores condições de vida. Ou seja, como visto na revisão teórica, a migração acompanha o processo de desenvolvimento econômico, como podemos observar no território catarinense, visto que a urbanização e o crescimento econômico andaram de “mãos dadas”. Segundo Paulo Lago (2000, p.70):

Assim, ao invés de espaços rurais, palcos históricos de assentamentos, os espaços urbanos vêm-se tornando os ambientes recipiendários, não mais de típicos estoques demográficos, mas de milhares de pessoas que anualmente neles se fixam, integrando ao setor informal ou, ainda, situando-se à margem do sistema de atividades, emergindo-se o fenômeno da [exclusão] social.

Em meados dos anos 30 surgiram novos setores catarinense, de papel, papelão, pasta mecânica, metal-mecânica e móveis, esses setores ampliaram-se no decorrer dos anos, surgindo novas fábricas e conseqüentemente aumentando sua produção. Outros setores já estabelecidos como o têxtil e carvão, também acompanharam a elevação da capacidade produtiva e a diversificação da produção, foi conquistando novos setores e originando novos produtos como o plástico, materiais elétricos e indústrias do setor de transporte. Essa ampliação e diversificação da base produtiva caracterizam a economia catarinense nos anos entre 1945 a 1962. (GOULARTI FILHO, 2002)

No que se refere a região de Joaçaba, a circulação de riqueza proveniente da produção de trigo contribuíram para o surgimento de novas atividades, como o de máquinas industriais e agrícolas. Outro setor que se desenvolveu e se destacou na região foi o metal-mecânico. (REGENSBURGER, 2006)

Essa ampliação da economia exigiu investimentos em outros segmentos da sociedade, como por exemplo, a infraestrutura e necessitando de mais capital. Goulart Filho (2010, p. 43) observa que “esses limites reforçaram ainda mais a desintegração econômica do estado, em que cada região se especializava em determinado setor, sem articulação comercial ou produtiva com as demais regiões”. Mas a partir de 1962 esses investimentos consolidaram-se, começando um novo período na economia catarinense onde o capital industrial tornou-se o combustível da acumulação capitalista.

Um novo padrão de crescimento tomou posse no cenário da economia catarinense, dando lugar a modernização, passando de um complexo agrocomercial para um agroindustrial verticalizado e integrado, desenvolvido com fortes aportes de recursos públicos e influenciado pelo chamado "milagre econômico brasileiro" - que iniciou em meados de 1970 e se estendeu até a década de 1980. (GOULARTI FILHO, 2010)

Em 1967 Joaçaba possuía um diversificado parque industrial, destacando segundo Josiane Regensburger (2006, pg. 61) os:

Ramos de motores (Famobra e RL-Lindner), de máquinas agrícolas e industriais (Lindner, Vencedora e Triton), de turbinas hidráulicas (HISA), pasta mecânica, moinhos de trigo, bronzinas, esquadrias de ferro e de madeiras, de móveis, bebidas, beneficiamento de erva-mate, arroz e milho, de produtos têxteis e inúmeros outros.

Após esse auge da economia catarinense o estado, juntamente com todo país, viveu uma crise denominada pós-milagre econômico, porém, mesmo apresentando taxas de crescimento reduzidas ainda permaneciam acima da média nacional, devido principalmente pela diversificação produtiva do estado. Nessa fase Santa Catarina sofreu, mas continuou crescendo (LAGO,2000).

Pós 1990 houve uma abertura econômica com maior participação do capital multinacional. Santa Catarina presenciou a crise do carvão, as privatizações, redução das atividades e de apoio governamental, e a abertura comercial externa - prejudicando diversos setores da economia catarinense; a crise só não foi maior porque foi compensada pelo aumento do número de pequenas e médias empresas. No decorrer dos anos, para superarem essa concorrência que se deu com abertura econômica mundial, as indústrias foram se diversificando e aumentando seu potencial tecnológico (GOULARTI FILHO, 2010).

Segundo Josiane Regensburger (2006, p. 41):

No caso joaçabense, que teve sua gênese industrial vinculada ao setor primário da economia, muitas empresas tiveram que se readaptar mudando até mesmo sua linha de produção uma vez que o mercado passou a exigir novos equipamentos e máquinas para o uso agrícola (...). Muitas empresas, após a reestruturação industrial puderam retomar seu crescimento, enquanto outras, por não se adaptarem à nova ordem mundial, não conseguiram sobreviver e tiveram que encerrar suas atividades.

Nesse ínterim, as transformações sociais ocorriam no meio das mudanças na economia, a migração da população do campo para a cidade afetou em grande proporção a economia catarinense, fato esse que continua sendo um problema até os dias atuais - principalmente na região do Oeste e Meio-Oeste Catarinense.

Até 1960 os espaços rurais ainda possuíam forte atração, tendo em vista que o setor primário consistia a maior concentração de renda do estado, segundo Paulo Lago (2000, p.344) 76% da população ainda habitavam em espaços rurais. Mas com a industrialização, a estrutura demográfica do meio-oeste catarinense modificou-se, a urbanização deu-se a partir dos anos 80 e se intensificou nos anos 90 tendo conseqüências no desenvolvimento econômico da região - pois está diretamente relacionado ao setor primário.

Essa região, desde 1980, enfrenta problemas para manter a produção agrícola local, tendo em vista a diminuição do número de produtores rurais. Os avanços tecnológicos e a concorrência - dados a partir da abertura comercial - necessitou de um aumento na produção e um investimento nas técnicas de atividades agrícolas, aliado a progressiva perda de mão de obra da agricultura - pela atração das cidades, resultaram na diminuição da renda dos produtores. Desestimulados, muitos deles foram eliminando do mercado.

Atualmente a situação continua instável, somado também a outros fatores, segundo Arlei Fachinello e Santos Filho (2010, p. 188):

A principal região agrícola do estado enfrenta uma crise caracterizada por uma agregação ambiental, insuficiência de geração de oportunidades de trabalho para a mão de obra disponível, esgotamento da fronteira agrícola, escassez de terras nobres, estrutura fundiária pulverizada e concentração em solos mais declivosos e pedregosos.

A microrregião de Joaçaba está inserida no Meio Oeste catarinense, e esteve ligada a nesse contexto histórico de industrialização. A próxima seção fará uma análise da situação socioeconômica atual da microrregião como um todo e das Secretarias vinculadas a microrregião do Vale do Rio do Peixe.

3.2 Características Socioeconômicas da Microrregião de Joaçaba

Uma progressiva diversidade econômica, que ocorreu desde a colonização do território catarinense, diferencia e distingue as regiões entre si. As características de cada uma dessas regiões foram condicionadas, como visto anteriormente, às atividades do homem nelas estabelecidas, e às situações definidas ecologicamente. A microrregião de Joaçaba formou-se nesse contexto, dessa forma, o presente capítulo tem por objetivo abordar a estrutura socioeconômica atual em que ela está inserida.

Com este propósito, identificam-se aqui os dados socioeconômicos da área de abrangência de três Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDR), a de Joaçaba, Caçador e Videira, que fazem parte dessa microrregião.

3.2.1 Aspectos Gerais da População

Os aspectos populacionais são de grande importância para entender a dinâmica demográfica e o perfil socioeconômico da microrregião, as taxas de crescimento, por exemplo, são índices básicos que podem indicar a necessidade de intervenção e um tratamento prioritário para determinada região. Principalmente, como no caso da microrregião de Joaçaba, a taxa de crescimento urbana e rural que pode afetar no desenvolvimento econômico local.

Esta seção sintetiza os aspectos populacionais atuais da microrregião de Joaçaba e suas respectivas SDR's, em seguida aborda a distribuição das mesmas entre as áreas urbanas e rurais, e a população economicamente ativa da microrregião. Uma análise demográfica mais abrangente da microrregião é apresentada no Capítulo 4 do trabalho em questão.

De acordo com as pesquisas feitas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 2010, a população da microrregião de Joaçaba é composta por 331.681 habitantes, equivalente a 5,3% da população do estado de Santa Catarina. Essa microrregião apresentou um aumento na taxa de crescimento populacional, desde o último censo demográfico realizado em 2000, porém essa taxa foi menor que a do estado, o aumento da população dessa microrregião foi de 7,4%, e do estado foi de 16,65%.

Na análise das SDR's a que apresentou uma taxa de crescimento mais elevada, do período de 2000-2010, foi a SDR de Videira com uma taxa de crescimento de 8,4%, as demais apresentaram uma taxa de 8% (SDR de Caçador) e 6,1% (SDR de Joaçaba). Conforme o censo de 2010 do IBGE, a população das SDR's de Joaçaba, Caçador e Videira são compostas respectivamente por: 123.615 habitantes, 103.962 habitantes e 104.104 habitantes.

O município de Caçador com seus 70.762 habitantes é o mais populoso da microrregião do Vale do Rio do Peixe, seguido por Videira com 47.188 habitantes, Fraiburgo com 34.553 habitantes e Joaçaba com 27.020 habitantes. Esses municípios respondem por 54% da população da microrregião. Nas SDR's os municípios mais populosos correspondem aos seus municípios sedes; sendo que a SDR mais populosa é a de Joaçaba com 123.615 habitantes.

Tendo em vista o crescimento populacional da microrregião, devemos verificar para qual área geográfica rural ou urbana esse aumento é mais elevado. De acordo com a teoria, verificamos que o desenvolvimento econômico está atrelado ao processo migratório, acarretando conseqüências na direção do fluxo, e que a partir de década de 80 esse fluxo migratório concentrava-se em direção aos centros urbanos - acarretando em diferenças populacionais cada vez mais acentuadas.

A Tabela 1 apresenta a distribuição espacial da população na microrregião. Como podemos perceber todos os resultados são semelhantes, onde a população da área rural diminuiu no período de 2000 e 2010 e a população total e urbana aumentaram.

Tabela 1 – Distribuição Espacial da População – Microrregião de Joaçaba – 2000 e 2010

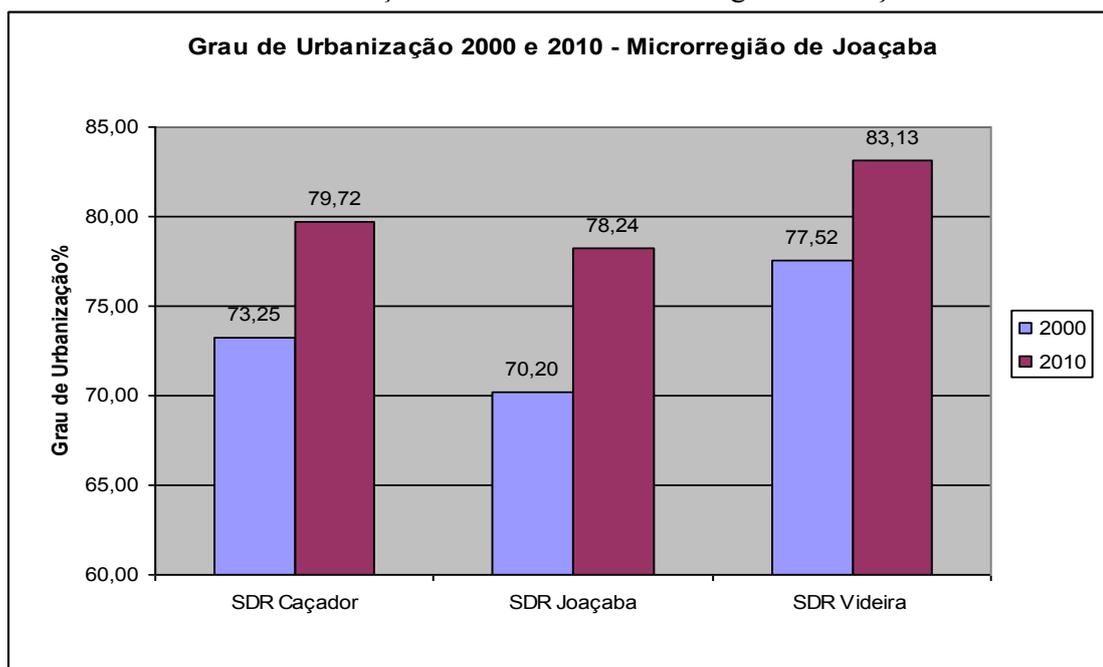
SDR's	Número de Habitantes - Área Rural e Urbana (2000-2010)					
	2000			2010		
	Rural	Urbano	TOTAL	Rural	Urbano	TOTAL
Caçador	25.736	70.469	96.205	21.106	82.883	103.989
Joaçaba	34.691	81.720	116.411	26.900	96.715	123.615
Videira	21.575	74.398	95.973	17.567	86.537	104.104

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE cidades e SEBRAE

Como demonstra a tabela, em 2010, a SDR que apresentou o maior número de população na área rural foi a SDR de Joaçaba, correspondendo a 22% da população vivendo

na área rural – significando um menor grau de urbanização da microrregião, o Gráfico 1 ilustra o grau de urbanização que obteve na análise das três SDR's em 2000 e 2010. A SDR de Videira possui a menor porcentagem de população na área rural, dado a população total, com 17%.

Gráfico 1 - Grau de Urbanização das SDR's da Microrregião de Joaçaba – 2000 e 2010



Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados do Censo Demográfico de 2010 - IBGE

Já em relação ao Estado, que concentra 16% da população na área rural, todas as SDR apresentam uma porcentagem maior de população vivendo nesse espaço geográfico.

No que tange à distribuição populacional segundo o gênero, a contagem populacional do IBGE de 2010 apontou que, na microrregião, as mulheres representam 50,25% da população, e os homens 49,74%, tendo uma divisão quase igualitária. Já nas SDR's, a única Secretaria que os homens correspondem a uma pequena porcentagem maior é a SDR de Caçador em que os homens correspondem a 50,07%.

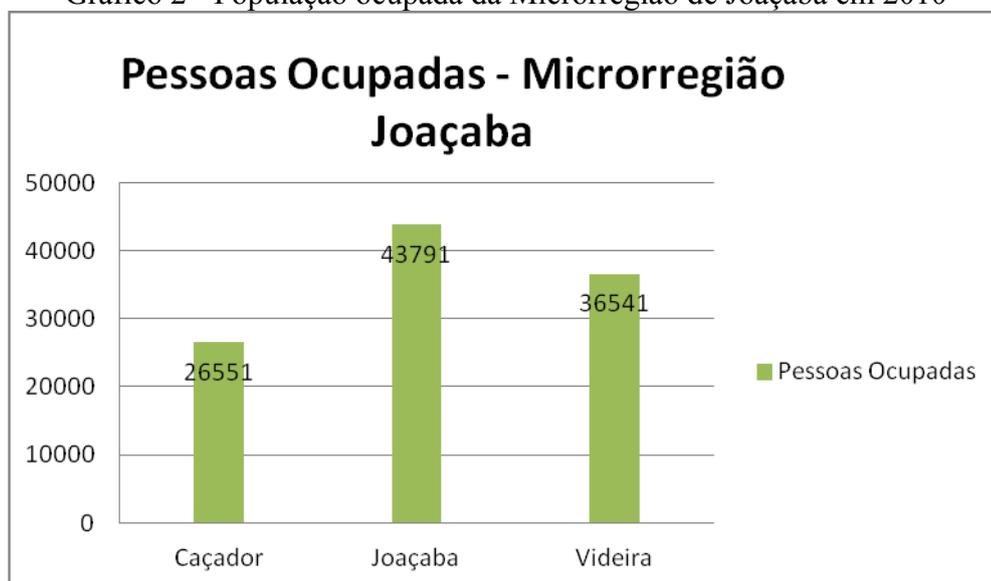
Os adultos, de 20 anos aos 59 anos, são os que predominam a população da microrregião de Joaçaba, seguido dos Jovens (do nascimento a 19 anos) e idosos (60 anos ou mais). E dentre esses indivíduos, é necessário verificar a população economicamente ativa (PEA) dos municípios envolvidos, que representa o conjunto de pessoas que estão trabalhando ou procurando emprego. (SEBRAE, 2010)

Segundo a pesquisa do IPEADATA (2011) a população economicamente ativa da microrregião de Joaçaba no ano de 2000 representava 49,7% da população, e destes 72,7% já

se concentravam na área urbana. No período de 1991 a 2000 observou-se que PEA da área urbana aumentou e o da área rural diminuiu, acompanhando a distribuição da população entre o meio urbano e rural.

A situação ocupacional da microrregião de Joaçaba, de acordo com o censo populacional do IBGE de 2010, responde a 32,22% da população. Dentre as SDR's a que apresenta o maior índice de pessoas ocupadas é a de Joaçaba com 35,42% pessoas ocupadas dentre a sua população local. Já nas SDR's de Videira e Caçador as pessoas ocupadas correspondem, respectivamente, a 35,10% e 25,53% da população. O Gráfico 2 mostra a distribuição da população ocupacional dentro das SDR's.

Gráfico 2 - População ocupada da Microrregião de Joaçaba em 2010



Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados do Censo Demográfico de 2010 – IBGE

3.2.2 Aspectos Sociais da Microrregião

Para identificar a qualidade de vida dos municípios que fazem parte da microrregião de Joaçaba será utilizado os Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) e o Índice de desenvolvimento Municipal da FIRJAN (IFDM). Nesses índices são avaliados alguns aspectos de desenvolvimento humano como o emprego, renda, educação, longevidade, acesso ao trabalho e condições habitacionais. (SEBRAE, 2010)

Com relação ao índice FIRJAN, a partir dos dados do IPEADATA de 2007, onde se avalia uma média simples de emprego e renda, educação e saúde, o primeiro município a se destacar na microrregião é Videira, com um índice de 0,834 (16º posição estadual), seguido de Treze Tílias (0,756) e Joaçaba (0,775), ocupando a 37º e 47º posição estadual, respectivamente.

Os municípios de Lebom Régis, Timbó Grande e Calmon apresentaram piores índices, ocupando respectivamente a 5º, 8º e 10º posição.

Já no que se refere ao Índice de Desenvolvimento Humano, de acordo com os índices pesquisados no IPEADATA, o município de Joaçaba, no ano de 2000, apresentava o melhor IDH-M (Índice de Desenvolvimento – Municípios) dentre os municípios da microrregião de Joaçaba com um índice de 0,816, ocupando o 3º lugar dentre todos os municípios do Estado.

Os próximos municípios que se destacaram com melhores IDH-M, nesse período, na microrregião de Joaçaba foram: Luzerna (5º posição), Lacerdópolis (7º), Videira (8º posição) e Iomerê (12º posição).

Já os Municípios de Timbó Grande e Calmon apresentam os piores IDH-M da microrregião, com 0,61 e 0,34, ocupando o 2º e 6º lugar entre os piores índices de Santa Catarina. Dessa forma a microrregião em sua maioria apresenta bons índices de IDH, porém alguns municípios não acompanham o mesmo desenvolvimento humano. A Tabela 2 apresenta os índices IDH-M dos municípios nas SDR's entre os anos de 1991 e 2000.

Através dos dados da Tabela 2, observa-se que duas das Secretarias de Desenvolvimento Regional, de acordo com a média simples dos municípios, apresentaram índices semelhantes – Joaçaba e Videira - ficando o destaque para a SDR de Joaçaba com o maior IDH, e Caçador segue na posição mais baixa com um IDH-M de 0,747.

Dos índices apresentados, conforme Tabela 2, os piores resultados - em todas as Secretarias - refere-se ao IDH-M de Renda, nos dois períodos em estudo obtiveram índices menores que os outros IDH-M, ficando o pior resultado novamente para a SDR de caçador com uma média simples de 0,637 no ano de 2000.

Tabela 2 - IDH-M da Microrregião de Joaçaba - 1991 a 2000

SDR's	Município	IDHM	IDHMRenda		IDHMLongevidade		IDHMEducação,	
		2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Caçador	Caçador	0,793	0,66	0,711	0,707	0,786	0,792	0,882
	Calmon	0,7	0,555	0,565	0,683	0,744	0,663	0,79
	Lebon Régis	0,735	0,574	0,613	0,691	0,782	0,67	0,809
	Macieira	0,772	0,523	0,697	0,691	0,783	0,705	0,835
	Matos Costa	0,746	0,568	0,617	0,75	0,793	0,758	0,827
	Rio das Antas	0,803	0,615	0,684	0,796	0,837	0,78	0,888
	Timbó Grande	0,68	0,535	0,572	0,653	0,682	0,642	0,787
	MÉDIA	0,747	0,576	0,637	0,710	0,772	0,716	0,831
VIDEIRA	Arroio Trinta	0,798	0,622	0,691	0,764	0,813	0,758	0,891
	Fraiburgo	0,779	0,657	0,694	0,707	0,744	0,767	0,9
	Iomerê	0,849	0,694	0,75	0,814	0,856	0,8	0,941
	Pinheiro Preto	0,818	0,688	0,697	0,788	0,818	0,838	0,94
	Salto Veloso	0,796	0,596	0,722	0,723	0,777	0,786	0,889
	Tandará	0,812	0,650	0,714	0,758	0,818	0,762	0,903
	Videira	0,851	0,696	0,742	0,793	0,867	0,834	0,945
	MÉDIA	0,815	0,669	0,716	0,765	0,813	0,797	0,918
Joaçaba	Água Doce	0,809	0,603	0,709	0,777	0,832	0,773	0,886
	Capinzal	0,813	0,633	0,703	0,764	0,812	0,777	0,925
	Catanduvas	0,79	0,654	0,708	0,723	0,777	0,784	0,884
	Eerval Velho	0,794	0,608	0,688	0,764	0,818	0,765	0,876
	Herval d'Oeste	0,798	0,644	0,697	0,712	0,788	0,799	0,909
	Ibicaré	0,804	0,613	0,696	0,764	0,818	0,778	0,899
	Jaborá	0,794	0,595	0,692	0,788	0,818	0,749	0,871
	Joaçaba	0,866	0,752	0,793	0,814	0,856	0,881	0,949
	Lacerdópolis	0,854	0,649	0,796	0,76	0,856	0,792	0,909
	Luzerna	0,855	0,639	0,742	0,814	0,879	0,84	0,943
	Ouro	0,828	0,67	0,75	0,761	0,812	0,806	0,923
	Treze Tilhas	0,813	0,654	0,727	0,723	0,813	0,812	0,899
	Vargem Bonita	0,791	0,593	0,667	0,75	0,797	0,749	0,908
	MÉDIA	0,818	0,643	0,723	0,761	0,822	0,796	0,909

Fonte: Elaboração Própria com bases nas tabelas do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil – PNUD

Também percebe-se que a microrregião de Joaçaba apresenta bons Índices de Desenvolvimento Humano em todas as Secretarias estudadas, podemos considerar então que ela representa uma microrregião com uma boa qualidade de vida para seus habitantes.

3.2.2 Aspectos Econômicos da Microrregião

Um dos fatores que mais afeta a decisão de migrar, como visto na teoria desse trabalho, são as questões econômicas, tanto pessoais quanto da sociedade. Os indicadores econômicos nos mostram como a economia está organizada em um determinado local e qual seu grau de desenvolvimento. Dessa forma nesta seção será apresentada uma visão geral das características econômicas, dos últimos anos, na microrregião de Joaçaba.

Primeiramente será apresentado a evolução e os componentes do produto interno bruto total dos municípios situados nas Secretarias que compõem a microrregião, seguido de uma breve descrição de alguns aspectos econômicos como: empresas e emprego, renda média da população, e aspectos gerais do setor primário dos municípios do Vale do Rio do Peixe.

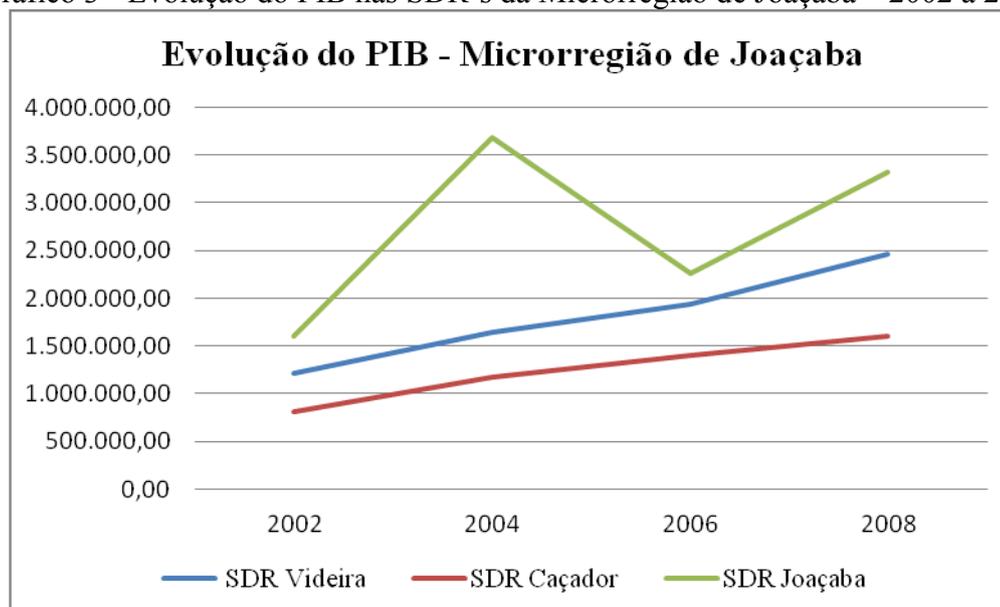
3.2.1.1 *Produto Interno Bruto*

Como principal fonte medidora de crescimento econômico de uma região, tem-se o Produto Interno Bruto, caracterizado pela soma dos valores de todos os serviços e bens produzidos em uma determinada localidade em um determinado período de tempo. E o PIB per capita é o produto interno bruto dividido pela população, considerado o primeiro indicador de qualidade de vida, pois uma região pode ter um PIB alto, porém muitos habitantes - resultando em um PIB per capita menor. (SEBRAE, 2010)

O PIB da microrregião de Joaçaba, segundo os dados do IBGE, em 2008 era de 7.381.384 mil reais, o equivalente a 6% do PIB estadual. E seu PIB per capita foi de 543.745,07 mil reais. A Secretaria que apresentou o melhor PIB foi a SDR de Joaçaba, participando de 44,94% do PIB da microrregião. O melhor PIB per capita também foi da SDR de Joaçaba.

Como podemos verificar no Gráfico 3 a SDR de Joaçaba desde 2002 apresenta um PIB mais elevado que as outras SDR's, apesar de ter apresentado uma acentuada queda entre 2004 a 2006. E as demais SDR's apresentaram um produto interno bruto crescente ao longo dos anos.

Gráfico 3 - Evolução do PIB nas SDR's da Microrregião de Joaçaba – 2002 a 2008



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE e da Confederação Nacional dos Municípios

Essa queda apresentada pelo produto interno bruto não é verificada no PIB per capita da Secretaria de Joaçaba, tendo em vista que em 2004 seu PIB per capita era de 201.780,39 mil reais e em 2006 passou a ser 217.801,87 mil reais, como podemos conferir na Tabela 3 (apresenta o PIB per capita das SDR's entre 2002 a 2008).

Tabela 3 - PIB per capita das SDR's no Período de 2002 a 2008 – Microrregião de Joaçaba

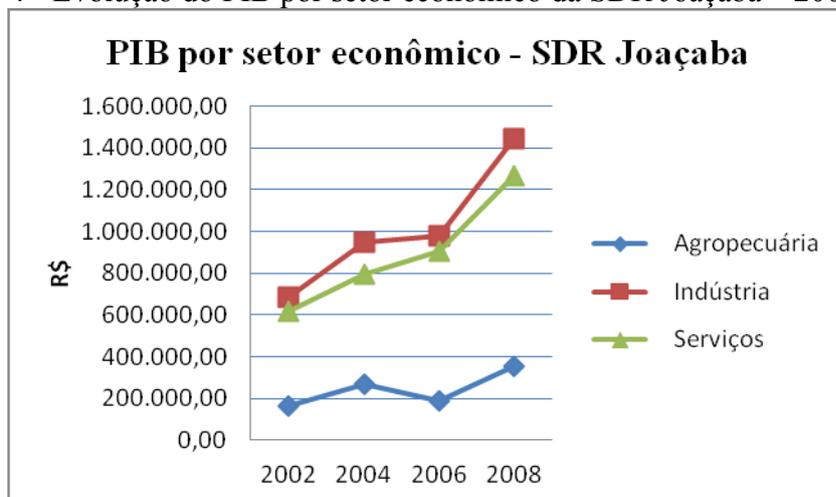
PIB PER CAPITA – MICRORREGIÃO DE JOAÇABA				
SDR's	2002	2004	2006	2008
Caçador	36.781,37	53.214,09	64.020,6	80.195,45
Joaçaba	151.249,02	212.993,55	228.340,47	316.001,46
Videira	71.155,58	96.425,06	109.662	147.548,16
Microrregião	259.185,97	362.632,7	402.023,07	505.841,28

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE e da Confederação Nacional dos Municípios

De acordo com a tabela o maior PIB per capita da microrregião também se refere à SDR de Joaçaba, superando os demais em todos os anos apresentados. Todas as SDR's apresentaram crescimento progressivo no período.

Com relação aos setores produtivos os gráficos a seguir ilustram o avanço dos componentes do PIB no período de 2002 a 2008 nas SDR's da microrregião. Os componentes do PIB da Secretaria de Joaçaba é representando pelo Gráfico 4, nele verifica-se a maior contribuição do setor industrial. Em 2008 o setor industrial correspondeu por 43,52% do PIB da Secretaria, seguido do setor de serviços que correspondeu por 38,15%.

Gráfico 4 - Evolução do PIB por setor econômico da SDR Joaçaba – 2002 a 2008

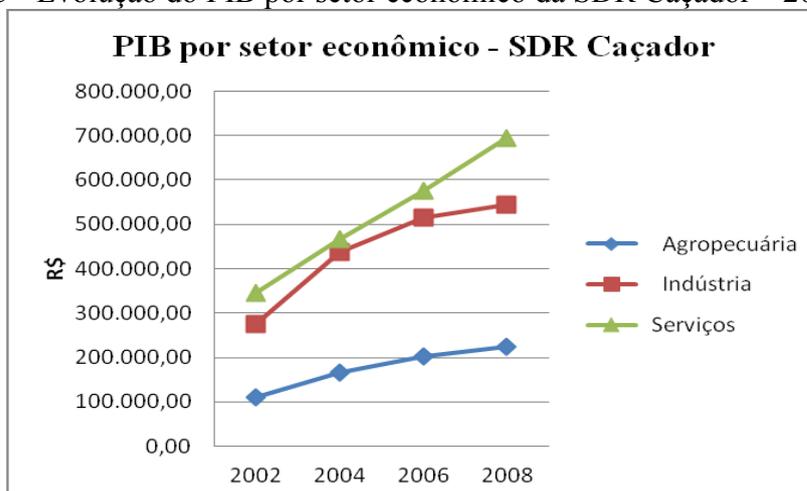


Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE e da Confederação Nacional dos Municípios

De 2002 para 2006 houve um comportamento diferente entre alguns setores produtivos dessa SDR, os setores da indústria e de serviços apresentaram constante crescimento, já o setor agropecuário apresentou uma queda de 2004 a 2006. Após 2006 todos os setores apresentaram um crescimento novamente. Verifica-se então que o setor secundário é o que move a economia dessa Secretaria, em destaque para a agroindústria, com seu sistema de integração com o setor primário.

Já a SDR de Caçador, o setor que apresentou maior participação no PIB foi o de serviços, conforme Gráfico 5. Esse setor, em 2008, contribuiu com 43,48% do PIB da Secretaria, seguido da indústria com 34,09%, agropecuária com 13,99% e impostos com 8,38%.

Gráfico 5 - Evolução do PIB por setor econômico da SDR Caçador – 2002 a 2008



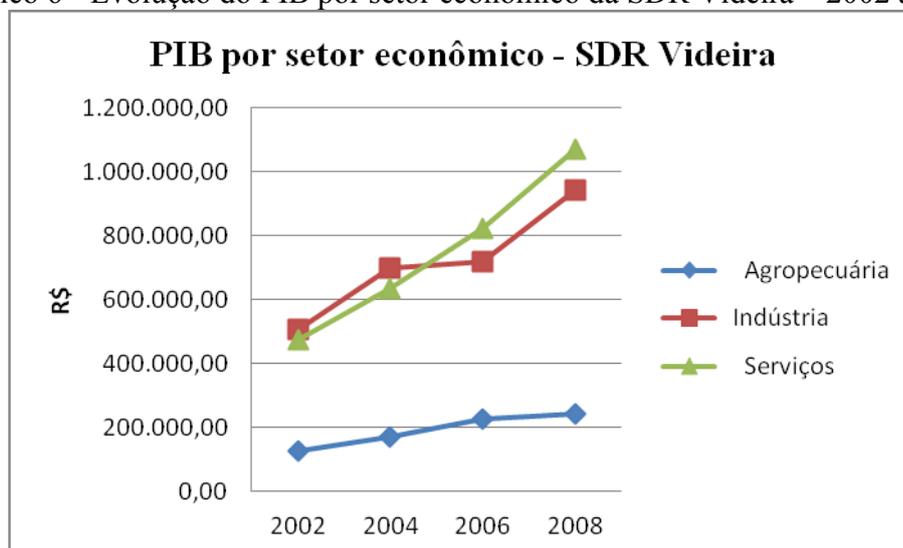
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE e da Confederação Nacional dos Municípios

De acordo com o Gráfico, os setores de serviço (terciário) e indústria (secundário) apresentaram uma participação no produto interno bruto semelhante, se distanciando do setor agropecuário no decorrer dos anos. Mesmo que todos os setores tenham apresentado crescimento, esses dois tiveram um destaque maior na economia para a SDR.

O mesmo acontece com os setores econômicos do PIB da SDR de Videira, com a diferença de que não foi somente o setor de serviços que apresentou destaque em todos os anos do período de 2002 a 2008. Nos dois primeiros anos a indústria apresentou a melhor contribuição no PIB, mas os dois últimos foi o setor de serviços que se destacou.

Em 2008 o setor de serviços representou 43,32% do PIB da SDR, enquanto que o setor industrial contribuiu com 38,18% do PIB, conforme gráfico abaixo.

Gráfico 6 - Evolução do PIB por setor econômico da SDR Videira – 2002 a 2008

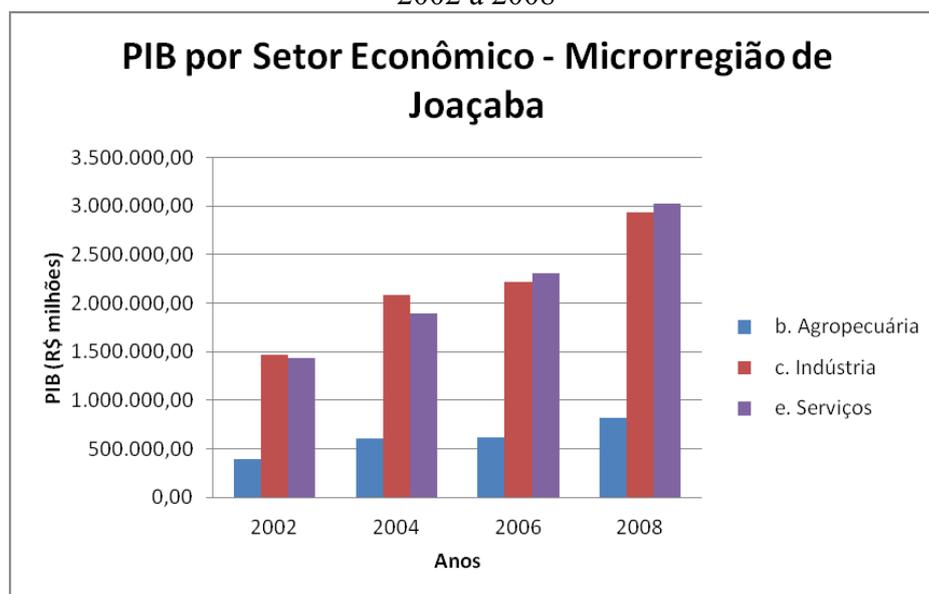


Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE e da Confederação Nacional dos Municípios

Como percebemos no Gráfico 6 os setores econômicos de indústria e serviços, também lideram a participação do PIB nessa SDR. Todos os setores apresentaram crescimento no período de 2002 a 2008, exceto a agricultura que obteve uma menor contribuição no PIB entre 2006 a 2008, caindo de R\$ 209.255,75 em 2006, para R\$ 200.964 em 2008.

Com base nesses dados, o Gráfico 7 mostra a participação dos setores econômicos no PIB de toda a microrregião de Joaçaba, no período de 2002 a 2008, onde vemos claramente a importância do setor secundário e terciário no PIB da localidade em estudo.

Gráfico 7 - Evolução PIB - Setores Econômicos - Microrregião de Joaçaba do período de 2002 a 2008



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE e da Confederação Nacional dos Municípios

A evolução da participação dos setores econômicos no PIB da microrregião, como mostra o gráfico 3, ilustra que o setor industrial e de serviços correspondem a maior participação no PIB desse período, sendo que, nos dois primeiros anos o setor industrial que liderava a maior participação no PIB, mas após 2006 o setor de serviços que predominou. Seja como for, esses dois setores apresentaram resultados semelhantes na participação do PIB em todos os anos do período apresentado.

A setor agropecuário destaca-se com a terceira posição na participação do PIB da microrregião, em média, esse setor conservou seu nível na participação do PIB, e em 2008, respondeu por 11,09% do mesmo. Já os setores da indústria e serviços contribuíram, respectivamente com 39,70% e 41,03% do PIB em 2008.

Portanto, em média, todos os setores econômicos - indústria, de serviço e agropecuária - cresceram ao longo dos anos analisados, mas, com base no produto interno bruto, as principais atividades econômicas da microrregião, indústria e serviços, cresceram se distanciando, cada vez mais, do setor agropecuário.

3.2.1.2- Empresas, Emprego e Renda Média da População

Os dados apresentados das empresas ou estabelecimentos formais e o total de vínculos empregatícios das Secretarias da microrregião de Joaçaba estão embasados na pesquisa feita

pelo SEBRAE segundo dados do RAIS (relação anual de informações sociais) do ministério do trabalho referente ao ano de 2008.

Esses dados indicam que a SDR de Joaçaba apresentou um total de 9.689 empresas e 39.346 empregos em 2008. O setor que mais apresenta empresas é o setor terciário de comércio e serviços, respectivamente com 36,08% e 46,26% do total de empresas formais. O setor secundário é o segundo que oferece mais empresas e por último o setor primário com 505 empresas.

O setor terciário se destaca oferecendo o maior número de empregos, representando 57,05% dos empregos da SDR. Nesse conjunto de municípios a concorrência por uma colocação no mercado formal, de acordo com a relação de habitantes por emprego em 2008, é de aproximadamente 2,9% habitantes por emprego.

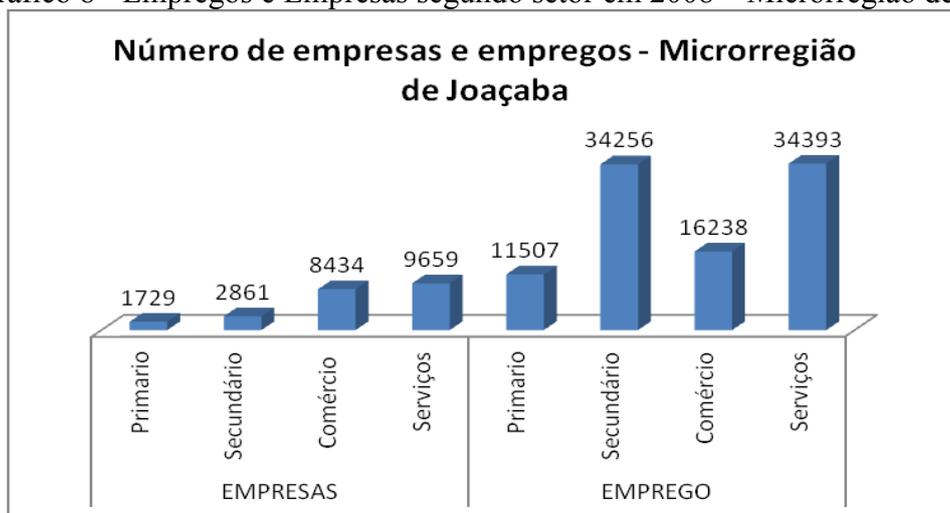
Já a SDR de Videira possui uma concorrência de 3,31 habitantes por emprego, pois em 2008 possuía 31.643 vínculos empregatícios. Destes a distribuição de empregos dentre os setores é a mesma que a SDR de Joaçaba, onde o setor terciário é o que concentra o maior número de empregos, assim como o maior número de empresas. Esse setor representa 55,25% dos empregos e 79,69% das empresas.

A SDR de Caçador apresenta uma característica diferente das demais com relação à distribuição de empregos entre os setores, o maior número de empregos encontra-se no setor secundário – com 42,89% do total de empregos, o setor terciário é o próximo setor que encontra-se o maior número de empregos com 42,11% dos empregos. É uma diferença pequena entre os dois setores, mas comparado às outras é a única em que o setor secundário oferece maior quantidade de empregos.

Essa SDR apresenta um total de 25.405 empregos e 5.697 empresas. Essas empresas estão distribuídas nos setores da mesma forma que as outras SDR, onde encontra-se em maior número do setor terciário. A concorrência nessas localidades era de 4,08 habitantes por emprego, o maior índice de concorrência das SDR's.

O gráfico 8 apresenta o número de empresas e empregos distribuídos por setores na microrregião de Joaçaba.

Gráfico 8 - Empregos e Empresas segundo setor em 2008 – Microrregião de Joaçaba



Fonte: Elaboração Própria com base nos resultados elaborados pelo SEBRAE/SC apoiados nos dados do MTE

Segundo os dados do Gráfico 8, na microrregião de Joaçaba tanto as empresas quanto os empregos estão concentrados em maior número no setor terciário (comércio e serviços), mas o setor secundário também apresenta destaque pois concentra um bom número de empregos na microrregião. O setor primário fica em último lugar na distribuição dos empregos por setores.

Essa maior concentração de empregos no setor terciário se intensificou a partir de 1990 e ocorre, segundo Ivo Marcos Theis (2010, p. 86), “em subsetores que requerem menos qualificação, e, por conseguinte, remuneram a salários mais baixos”. Outro dado importante a analisar é a pequena parcela de pessoas ocupadas no setor primário, fato este originário da tendência da diminuição da população nesse setor.

Com relação a renda média da população, tem-se como dados as estatísticas da confederação nacional de municípios, e como base a renda per capita da população da microrregião de Joaçaba no ano de 2000. Renda per capita é a divisão do somatório da renda de todos os indivíduos ocupados ou beneficiadas e o número total dos mesmos. (SEBRAE, 2010)

No decorrente ano, a SDR que apresentava a maior renda per capita foi a de Joaçaba, onde os valores de renda per capita dos municípios variam de R\$ 451,77 (em Joaçaba) a R\$ 211,83 (em Vargem Bonita). A SDR de Videira apresentou uma variação de R% 349,21 (em Iomerê) a R\$ 245,08 (Arroio Trinta) na renda per capita de seus municípios. E por último a SDR de Caçador com uma variação na renda per capita de R\$ 276,22 a 120,25 para as localidades de Caçador e Calmon, respectivamente.

A Tabela 4 apresenta a renda per capita de cada município pertencente as SDR, no período de 1991 a 2000, com seu percentual de evolução.

Tabela 4 - Renda Per Capita – Microrregião de Joaçaba – 1991 e 2000

RENDA PER CAPITA MICRORREGIÃO DE JOAÇABA				
SDR's	Renda per Capita	1991	2000	Evolução %
SDR Videira	Videira	251,91	331,7	24,05
	Arroio Trinta	161,93	245,08	33,93
	Fraiburgo	200,11	249,48	19,79
	Iomerê	249,72	349,21	28,49
	Pinheiro Preto	241,21	254,53	5,23
	Salto Veloso	138,3	295,41	53,18
	Tangará	191,04	281,29	32,08
SDR Caçador	Caçador	203,14	276,22	26,46
	Calmon	108,37	114,97	5,74
	Lebon Régis	121,42	153,03	20,66
	Macieira	89,35	254,52	64,89
	Matos Costa	117,04	156,85	25,38
	Rio das Antas	155,66	234,49	33,62
	Timbó Grande	95,9	120,25	20,25
SDR Joaçaba	Joaçaba	352,94	451,77	21,88
	Água Doce	144,33	273,26	47,18
	Capinzal	172,8	263,41	34,40
	Catanduvas	196,1	271,62	27,80
	Erval Velho	148,8	240,74	38,19
	Herval d'Oeste	184,59	253,21	27,10
	Ibicaré	153,3	252,18	39,21
	Jaborá	138,15	245,68	43,77
	Lacerdópolis	190,8	460,16	58,54
	Luzerna	179,4	332,56	46,05
	Ouro	215,29	349,18	38,34
	Treze Tilhas	196,07	303,6	35,42
Vargem Bonita	135,81	211,83	35,89	

Fonte: Elaboração própria segundo os dados da confederação nacional de municípios.

Como mostra a Tabela acima, Joaçaba é o município que apresenta a melhor renda per capita, no ano de 2000, de toda a microrregião de Joaçaba; e Calmon é o que apresenta a pior

renda per capita. O município de Macieira se destaca no período por obter a melhor variação de renda per capita do período, passando de R\$ 89,35 em 1991, para 254,52 em 2000.

3.2.1.3 Setor Primário

A Microrregião de Joaçaba destaca-se com um importante papel na participante no setor primário na economia estadual. Portanto é importante descrever algumas características do mesmo dentro dessa microrregião.

De acordo com o estudo de SEBRAE, tendo em vista os dados do Censo Agropecuário do IBGE, os produtos das lavouras temporárias que foram produzidos em maior quantidade, em 2007, são: milho, tomate, soja e cebola; já nas lavouras permanentes os produtos de maior representatividade econômica foram a maçã, a uva, a erva-mate e a laranja.

No que diz respeito aos rebanhos da microrregião, a maior quantidade do tipo de rebanho, em cabeças (2007), destaca-se a criação de galos, galinhas, frangos, suínos e bovinos – essas criações são de extrema importância para o Estado, pois os municípios da microrregião são um dos maiores produtores dessas carnes. E os principais produtos de origem animal produzidos na microrregião em 2007, destacam-se mel de abelha, leite e ovos de galinha.

A base econômica da maioria dos municípios que compõe as três SDR's é a exploração das atividades primárias, com destaque para as agroindústrias. Na SDR de Joaçaba predomina a agricultura, a agropecuária (ligados principalmente a criação de aves e suínos), agroindústria (destaque para cultura de erva-mate em Catanduvas) e a pecuária leiteira – principal atividade econômica do município de Treze Tílias; Vargem Bonita também possui importante colaboração para economia local através de sua indústria de papel e madeira. (SEBRAE, 2010)

A atividade econômica de maior influência na SDR de caçador, além da agricultura (destaque para os hortifrutigranjeiros), é a extração e industrialização de madeira; a agropecuária e a apicultura também possuem sua parcela na atividade econômica dos municípios. Caçador, em 2007, representou 42,77% de toda produção estadual de tomate. (SEBRAE, 2010)

A SDR de Videira possui destaque no cultivo de maçãs e uvas, Fraiburgo em 2007 respondeu por 34,44% da produção estadual de maçãs, e Tangará por 13,28% da produção estadual de uvas. Além dessas atividades econômicas a agricultura, a agropecuária e a exploração de madeira também se destacam na dinâmica econômica dessa SDR.

Ou seja, a economia da microrregião de Joaçaba está ligada ao setor primário - agricultura, extração de madeira e agropecuária - através de agroindústrias que possuem como principal fonte de produção as atividades estritamente vinculadas a esse setor.

4 ANÁLISE MIGRATÓRIA DA MICRORREGIÃO DE JOAÇABA

Após descrever as características econômicas da microrregião de Joaçaba, esse capítulo tem por objetivo analisar os movimentos migratórios recentes na microrregião, tendo em vista as características socioeconômicas estudadas. Para tanto, serão analisadas e identificadas as direções dos fluxos migratórios, os pontos de atração e repulsão e as consequências desse fluxo para a economia local.

A primeira seção apresenta a distribuição espacial da população em cada município que compões as SDR's - no período de 2000 a 2010. A seção seguinte apresenta os saldos migratórios na microrregião, identificando os locais de atração e repulsão; enquanto a terceira e última seção apresenta o resultado da migração do Vale do Rio do Peixe com suas possíveis causas e consequências.

4.1 Características Demográficas atuais das Secretarias pertencentes à Microrregião de Joaçaba

Como em todo o território estadual, os fluxos migratórios do Vale do Rio do Peixe vêm historicamente acompanhando o desenvolvimento econômico local. A partir dos anos 80 o espaço rural passa a perder progressivamente sua parcela de população para o meio urbano. A industrialização, a diversificação nas atividades econômicas e as expectativas de maiores renda nas cidades, chamam a atenção da população - resultando em mudanças na mobilidade espacial.

A intensidade e velocidade com que o êxodo rural vem ocorrendo preocupa a economia local e dificulta o seu crescimento. Segundo o Censo do IBGE, entre o período de 2000 a 2010, dos 20 municípios Catarinenses com maior êxodo rural quatro são da microrregião de Joaçaba – Catanduvás ocupando o 5º lugar, Calmon 10º lugar, Piratuba 11º, e Capinzal o 20º lugar. Esses deslocamentos vêm ocorrendo desde a Segunda Guerra mundial devido a uma junção de fatores como: a globalização, a crise na agricultura familiar, esgotamento de produção, sonho da vida melhor nas cidades, falta de políticas governamentais que promovam o desenvolvimento rural, e falta de entretenimento local.

Para agravar a situação do meio rural, a população que migra, em sua maioria, é composta por jovens - principalmente os que possuem um maior nível de instrução – muitos deles migrando com objetivo de estudar e buscar qualificação. Como resultado há a

diminuição da oferta de mão de obra rural e perda da capacidade e continuidade dos negócios das famílias que residem nesse espaço geográfico. (FACHINELLO & SANTOS FILHO, 2010).

Isto é possível observar no Quadro 1 onde mostra a concentração populacional espacial por faixa etária. Em todas as Secretarias da microrregião os adultos de 20 a 29 anos são os que representam, em maior número, a população total e urbana local, tanto em 2000 quanto em 2010. Em 2010, nas SDR's de Joaçaba, Caçador e Videira, esses indivíduos correspondiam, respectivamente por: 16,98%, 16,63% e 17,43% da população total.

Porém a distribuição dos mesmos no espaço rural apresentou mudanças nesse intervalo de tempo; em 2000 a população dessa faixa etária representava a maior quantidade populacional rural da SDR de Caçador, e ocupava a segunda posição na distribuição por faixa etária da população rural nas SDR's de Joaçaba e Videira. Já em 2010 a quantidade de população dessa faixa etária já não estava mais em evidência no meio rural, destacando-se os adultos entre 40 a 49 anos.

QUADRO 1 - Distribuição Espacial da População com maior representação nas SDR's segundo Faixa Etária (2000 a 2010)

Faixa Etária com maior representação - 2000 a 2010				
SDR's	2000		2010	
	Rural	Urbano	Rural	Urbano
SDR Joaçaba	30 a 39 anos	20 a 29 anos	40 a 49 anos	20 a 29 anos
SDR Caçador	20 a 29 anos	20 a 29 anos	30 a 39 anos	20 a 29 anos
SDR Videira	30 a 39 anos	20 a 29 anos	40 a 49 anos	20 a 29 anos

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados dos Censos Demográficos da População - IBGE

Segundo os dados dos Censos Demográficos Populacionais do IBGE, em 2000 os adultos de 20 a 29 anos representavam 20,43% da população rural da SDR de Caçador, 18,48% da SDR de Videira e 14,49% da SDR de Joaçaba. Já em 2010 correspondia por 11,41% da SDR de Caçador, 10,52% da SDR de Videira e 12,72% da SDR de Joaçaba. Fica, pois, claro que a população rural envelheceu e os jovens concentram-se em maior quantidade na área urbana.

Nestas condições, presume-se que essa área espacial não está sendo capaz de segurar a população mais jovem, nem mesmo a população como um todo. Como podemos observar

nas Tabelas 7, 8 e 9, que expõe, em forma numérica, a realidade atual da distribuição espacial da população em cada município em estudo.

A população da SDR de Joaçaba, que representa a maior quantidade populacional da microrregião, está detalhada na Tabela 5, como se pode observar, os municípios que a compõe são cidades com populações menores, a maioria com população abaixo de 20.000 habitantes, possuindo apenas 3 das 13 cidades com população acima desse valor. Como principal cidade encontra-se o município de Joaçaba que correspondendo por 21,85% da população total da Secretaria.

Tabela 5 - Crescimento e Distribuição Populacional segundo a SDR de Joaçaba – 2000 a 2010

Municípios	Distribuição da População						Tx. Acumulada de Cresc. da população rural %	Tx. Acumulada de Cresc. da população Total %
	2000			2010				
	Rural	Urbana	TOTAL	Rural	Urbana	TOTAL		
Água Doce	3.695	3.148	6.843	3.528	3.433	6.961	-4,52	1,72
Capinzal	4.495	15.460	19.955	3.015	17.754	20.769	-32,93	4,08
Catanduvas	2.987	5.304	8.291	1.461	8.094	9.555	-51,09	15,25
Erval Velho	2.109	2.160	4.269	1.510	2.842	4.352	-28,40	1,94
Herval d' Oeste	2.904	17.140	20.044	2.388	18.851	21.239	-17,77	5,96
Ibicaré	2.347	1.240	3.587	1.816	1.557	3.373	-22,62	-5,97
Joaçaba	2.378	21.688	24.066	2.096	24.924	27.020	-11,86	12,27
Jaborá	2.832	1.362	4.194	2.436	1.605	4.041	-13,98	-3,65
Lacerdópolis	1.190	983	2.173	1.039	1.160	2.199	-12,69	1,20
Luzerna	1.608	3.964	5.572	1.341	4.259	5.600	-16,60	0,50
Ouro	3.254	4.165	7.419	2.528	4.844	7.372	-22,31	-0,63
Treze Tilhas	1.933	2.907	4.840	1.626	4.715	6.341	-15,88	31,01
Vargem Bonita	2.959	2.199	5.158	2.116	2.677	4.793	-28,49	-7,08
TOTAL	34.691	81.720	116.411	26.900	96.715	123.615	-22,46	6,19

Fonte: Elaboração própria com base nos dados dos Censos Demográficos Populacionais - IBGE

Com base nos dados da Tabela 5, todos os municípios da Secretaria enfrentaram um forte êxodo rural, com altas taxas negativas de crescimento da população rural. O município que obteve o menor índice de êxodo rural foi Água doce, e o de maior índice foi Catanduvas. Santa Catarina, nesse período, apresentou uma taxa acumulada de crescimento da população rural negativa, correspondente a -12,11%, comparando a taxa desses municípios, apenas dois dos municípios apresentaram uma taxa menor que a do estado.

Logo, fica claro que essa microrregião vem enfrentando um forte êxodo rural e apresentando fatores de expulsão, remetendo-se a teoria de Singer, onde a introdução capitalista, com novas formas de técnicas de produção e as mudanças ocasionadas pela nova sociedade globalizada, impulsiona as pessoas a migrarem; aliados aos fatores de atração de outras localidades, como por exemplo, ofertas de salários maiores ou até mesmo maior qualidade de infra-estrutura e entretenimento.

Com relação a taxa acumulada de crescimento populacional geral, a maioria dos municípios apresentaram taxas positivas, neste caso o número de habitantes aumentou desde o ano de 2000, apenas 4 cidades apresentaram uma taxa negativa. Porém a Secretaria obteve o menor crescimento populacional da microrregião, e comparado ao Estado - que apresentou uma taxa de 16,65% - os municípios acumularam uma taxa menor nesse período, com exceção de Treze Tílias que obteve a maior taxa de crescimento populacional da microrregião.

O mesmo ocorre com a taxa de crescimento médio anual da população, que Santa Catarina obteve uma taxa de 1,67% e apenas Treze Tílias ultrapasse esse valor com uma taxa de 3,10%. Observa-se então que essa Secretaria apesar de ter crescido, cresceu anualmente a uma taxa inferior a população total do Estado.

A Tabela 6 representa a distribuição populacional referente a SDR de Videira, que apresenta o segundo maior contingente populacional da microrregião. Essa Secretaria, apesar de possuir uma quantidade total de população menor que a de Joaçaba, possui uma média simples populacional maior, apresentando dois municípios com população acima de 30.000 habitantes.

Como podemos observar na tabela abaixo, a SDR possui algumas características semelhantes à de Joaçaba, porém com valores diferentes. Ela também apresentou índices de êxodo rural significativos, pois todos os municípios tiveram um índice negativo; e registrou uma taxa acumulada negativa maior que a do Estado que é de -12,11%. Porém apresentou uma taxa negativa de crescimento da população rural menor que a SDR de Joaçaba.

Tabela 6 - Crescimento e Distribuição Populacional segundo a SDR de Videira – 2000 a 2010

Distribuição Espacial da População- SDR de Videira - 2000 a 2010								
Municípios	População						Tx. Acumulada de Cresc. da população rural %	Tx. Acumulada de Cresc. da população Total %
	2000			2010				
	Rural	Urbana	TOTAL	Rural	Urbana	TOTAL		
Arroio Trinta	1.393	2.097	3.490	1.105	2.397	3.502	-20,67	0,34
Fraiburgo	5.325	27.623	32.948	4.262	30.291	34.553	-19,96	4,87
Iomerê	1.870	683	2.553	1.832	907	2.739	-2,03	7,29
Pinheiro Preto	1.588	1.141	2.729	1.447	1.700	3.147	-8,88	15,32
Salto Veloso	1.076	2.834	3.910	899	3.402	4.301	-16,45	10,00
Tangará	4.521	4.233	8.754	3.690	4.984	8.674	-18,38	-0,91
Videira	5.802	35.787	41.589	4.332	42.856	47.188	-25,34	13,46
TOTAL	21.575	74.398	95.973	17.567	86.537	104.104	-18,58	8,47

Fonte: Elaboração própria com base nos dados dos Censos Demográficos Populacionais - IBGE

Videira foi o município que apresentou uma taxa negativa de crescimento da população rural mais elevada, e Iomerê com -2,03% representa a menor taxa de crescimento da microrregião como um todo – visto que a maior parcela da sua população ainda encontra-se no meio rural. Com relação ao crescimento populacional do período, essa Secretaria apresentou o melhor índice da microrregião, com uma taxa média de crescimento anual de 0,85%, com apenas um dos seus municípios obtendo uma taxa de crescimento negativa. Porém esses municípios também não acompanharam o crescimento médio anual da população do estado que foi de 1,67%.

O mesmo sucede na Secretaria de Caçador, a menor Secretaria da microrregião – no que se refere a população. A Tabela 7 detalha a situação populacional dos municípios da mesma, apresentando apenas dois municípios com mais de 11.000 mil habitantes, e obtendo uma taxa de crescimento anual de 0,81% no período.

A população dessa Secretaria, de acordo com a Tabela 7, seguiu a mesma tendência que as demais Secretarias da microrregião. Possuindo uma taxa de crescimento populacional positiva, mas menor que a do estado. Alguns municípios não apresentaram crescimento, e a taxa de crescimento da população rural foi negativa em todos os municípios - indicando grande presença de êxodo rural. O destaque refere-se ao fato de que essa Secretaria apresentou a menor taxa negativa de crescimento da população rural.

Tabela 7 - Crescimento e Distribuição Populacional segundo a SDR de Caçador – 2000 a 2010

Distribuição Espacial da População- SDR de Caçador - 2000 a 2010								
Municípios	População						Tx. Acumulada de Cresc. da população rural %	Tx. Acumulada de Cresc. da população Total %
	2000			2010				
	Rural	Urbana	TOTAL	Rural	Urbana	TOTAL		
Caçador	7.780	55.542	63.322	6.305	64.457	70.762	-18,96	11,75
Calmon	2.075	1.392	3.467	1.272	2.115	3.387	-38,70	-2,31
Lebon Régis	4.702	6.980	11.682	4.316	7.522	11.838	-8,21	1,34
Macieira	1.596	304	1.900	1.325	501	1.826	-16,98	-3,89
Matos Costa	1.954	1.250	3.204	1.374	1.465	2.839	-29,68	-11,39
Rio das Antas	3.903	2.226	6.129	3.403	2.740	6.143	-12,81	0,23
Timbó Grande	3.726	2.775	6.501	3.084	4.083	7.167	-17,23	10,24
TOTAL	25.736	70.469	96.205	21.079	82.883	103.962	-18,10	8,06

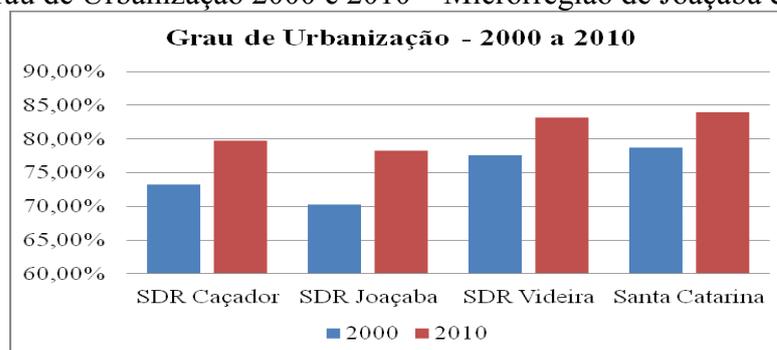
Fonte: Elaboração própria com base nos dados dos Censos Demográficos Populacionais - IBGE

Analisando os dados e a trajetória do crescimento populacional das Secretarias, verifica-se que todas as cidades que representavam o maior número de população tiveram um taxa de crescimento mais alta dentre os municípios. Tal crescimento também é visto em alguns municípios com população entre de 3.000 a 8.000 habitantes, como é o caso de Treze Tílias, Catanduvras, Pinheiro Preto e Timbó Grande.

As tabelas apresentadas também revelam que as Secretarias da microrregião possuem semelhanças com relação à distribuição espacial da população ao longo do período de 2000 a 2010 - com taxa de crescimento populacional parecidas, além do forte êxodo rural identificado no período.

Para ilustrar melhor, Gráfico 9 mostra o grau de urbanização ocorrido nesse intervalo de tempo, nas Secretarias da microrregião e no estado de Santa Catarina.

Gráfico 9 - Grau de Urbanização 2000 e 2010 – Microrregião de Joaçaba e Santa Catarina



Fonte: Elaboração própria com base nos dados dos Censos Demográficos Populacionais - IBGE

A microrregião como um todo apresentou um grau de urbanização em 2010 de 80,23%, acompanhando a média estadual. Dentre todas as microrregiões do estado, de acordo com os dados do DATASUS, se fosse colocado uma ordem por maior grau de urbanização, Joaçaba estaria ocupando o 9º lugar, e Grande Florianópolis liderando o ranking com um grau de urbanização de 95,50%.

Estatísticas estas preocupantes para o Estado, principalmente em áreas onde o setor primário ocupa um importante papel econômico, como é o caso da microrregião de Joaçaba. A próxima seção continuará debatendo as migrações na microrregião através dos seus saldos migratórios.

4.2 Saldos Migratórios nas Secretarias de Desenvolvimento Regionais e seus respectivos municípios – Microrregião de Joaçaba

Os dados dos dois últimos censos populacionais do IBGE, de 2000 e 2010, é a base para o estudo dessa seção, considerando que eles nos oferecem a máxima precisão possível dos resultados. Identificando os saldos migratórios nas SDR's e na microrregião como um todo, mede-se a contribuição dessas migrações no crescimento populacional do período em estudo. (CARVALHO e RIGOTTI, 1998)

Por meio de uma técnica indireta, resultará em um resultado líquido, no qual se for positivo, o número de migrantes que chegou e permaneceu no município é maior do que os que saíram para outras direções; e quando for negativo, esse número de migrantes vindos é menor que os indivíduos que saíram da localidade. (CARVALHO e RIGOTTI, 1998)

A técnica usada refere-se à diferença do número da população local no início do período em estudo, 2000, e a população que permanece no local no final do período, 2010, menos os efeitos da mortalidade (nascidos vivos menos os óbitos registrados) e da re-emigração do período (CARVALHO e RIGOTTI, 1998). Tendo em vista que os dados de re-emigração não estão disponíveis por dados municipais, esse índice não é usado.

Outro dado importante a ser pesquisado refere-se à taxa líquida de migração, esta avalia a proporção de migração observada em 2010 que passou a habitar na localidade, e a que migrou para outros locais. Essa taxa é calculada pela razão entre o saldo migratório e sua respectiva população no período final. (CARVALHO e RIGOTTI, 1998)

Dessa forma, a Tabela 8 apresenta uma série de dados agregados, que remetem-se ao saldo migratório do período de 2000 a 2010 e à taxa líquida de migração da SDR de Joaçaba.

Tabela 8 - Saldo Migratório e Taxa Líquida de Migração referente a SDR de Joaçaba – 2000 a 2010

SALDO MIGRATÓRIO E TAXA LÍQ. MIGRAÇÃO- SDR JOAÇABA				
Municípios	Saldo População 2000-2010	Mortalidade (Nsc. vivos - óbtos)	SM	TLM %
Água Doce	118	714	-596	-8,56
Capinzal	814	2.737	-1.923	-9,26
Catanduvas	1.264	1.119	145	1,52
Erval Velho	83	245	-162	-3,72
Herval d' Oeste	1.195	1.996	-801	-3,77
Ibicaré	-214	129	-343	-10,17
Jaborá	-153	218	-371	-9,18
Joaçaba	2.954	2.381	573	2,12
Lacerdópolis	26	109	-83	-3,77
Luzerna	28	192	-164	-2,93
Ouro	-47	546	-593	-8,04
Treze Tilhas	1.501	500	1.001	15,79
Vargem Bonita	-365	673	-1.038	-21,66
TOTAL	7.204	11.559	-4.355	-3,52

Fonte: Elaboração própria segundo os dados dos Censos Demográficos – IBGE e Estatística Vitais – DATASUS/MS

Diante das estatísticas de saldo migratório da Secretaria Joaçabence, observa-se que a região apresenta um saldo negativo, ou seja, saíram mais indivíduos do que permaneceram no local, caracterizando uma área de expulsão populacional. Dentre os municípios, só tiveram taxas positivas os que obtiveram uma taxa maior de crescimento populacional no período, como visto anteriormente.

Catanduvas, Joaçaba e Treze Tilhas, representam áreas de atração nessa Secretaria, pois apresentam saldos migratórios positivos, em especial Treze Tília com o maior saldo migratório na microrregião de Joaçaba no período, com uma elevada porcentagem de população migrante agregando a sua população local em 2010. A economia de Treze Tilhas está baseada no turismo e na agropecuária, em especial a produção de leite, sediando a matriz da empresa TIROL – empresa reconhecida no ramo de laticínios.

Outros destaques referem-se a Capinzal – que apresentou o pior saldo migratório - e Vargem Bonita, pois obteve a maior taxa negativa de perdas migratórias em relação a população de 2010, com uma TLM de -21,66%.

Em seguida, outra Secretaria a se observar é a de Videira, representada na Tabela 9, constando os saldos migratórios municipais referente a mesma, e suas respectivas taxa líquidas de migração.

Tabela 9 - Saldo Migratório e Taxa Líquida de Migração referente a SDR de Videira – 2000 a 2010

SALDO MIGRATÓRIO E TAXA LÍQ. MIGRAÇÃO- SDR VIDEIRA				
Municípios	Saldo População 2000-2010	Mortalidade (Nsc. Vivos - óbtos)	SM	TLM %
Arroio Trinta	12	161	-149	-4,25
Fraiburgo	1.605	5.530	-3.925	-11,36
Iomerê	186	117	69	2,52
Pinheiro Preto	418	224	194	6,16
Salto Veloso	391	293	98	2,28
Tangará	-80	631	-711	-8,20
Videira	5.599	5.762	-163	-0,35
TOTAL	8.131	12.718	-4.587	-4,41

Fonte: Elaboração própria segundo os dados dos Censos Demográficos – IBGE e Estatística Vitais – DATASUS/MS

Essa Secretaria apresentou uma característica diferente, comparada a SDR de Joaçaba, nessa nem todos os municípios que apresentarem maiores crescimentos populacionais do período, também apresentaram saldo migratórios e taxas líquidas de migração positivas. Mas com relação ao saldo migratório total, também apresentou índices negativos, caracterizando outra área de expulsão da microrregião de Joaçaba

Os municípios em destaque que apresentaram saldos migratórios positivos foram Salto Veloso, Iomerê e Pinheiro Preto – cidades pequenas com população abaixo de 4.500 habitantes, sendo a última, com o maior saldo migratório da localidade. Em contrapartida, Fraiburgo, com a segundo maior população da Secretaria, apresenta, em 2010, a maior perda migratória de população da Secretaria, com uma taxa líquida de migração de -8,20%.

A Secretaria que apresentou os piores saldos migratórios da microrregião do Vale do Rio do Peixe foi a de Caçador, a Tabela 10, mostra essa realidade através dos índices de saldo migratório e da TLM.

Tabela 10 - Saldo Migratório e Taxa Líquida de Migração referente a SDR de Caçador - 2000 a 2010

SALDO MIGRATÓRIO - SDR CAÇADOR				
Municípios	Saldo População 2000-2010	Mortalidade (Nsc. vivos - óbtos)	SM	TLM %
Caçador	7.440	10.116	-2.676	-3,78
Calmon	-80	580	-660	-19,49
Lebon Régis	156	1.700	-1.544	-13,04
Macieira	-74	120	-194	-10,62
Matos Costa	-365	358	-723	-25,47
Rio das Antas	14	338	-324	-5,27
Timbó Grande	666	1.139	-473	-6,60
TOTAL	7.757	14.351	-6.594	-6,34

Fonte: Elaboração própria segundo os dados dos Censos Demográficos – IBGE e Estatística Vitais – DATASUS/MS

A Secretaria de Caçador representa a maior área de expulsão da microrregião de Joaçaba, visto que, nenhum dos municípios que a compõe apresentou saldos migratórios positivos, além do seu índice negativo de SM total ser o maior de todas as SDR's. E a pior taxa de perda migratória com relação a população local em 2010, de toda a microrregião de Joaçaba refere-se ao município de Matos Costa, com uma TLM de -25,47

Diante dos dados apresentados, verifica-se que, dentre as Secretarias da microrregião de Joaçaba a que se destaca com um menor saldo negativo é a de Joaçaba, seguido de Videira e Caçador – note-se que Joaçaba e Caçador possuem saldos semelhantes. Fato importante de ser observado, pois essas Secretarias que apresentaram um saldo negativo menor são as que apresentam um maior crescimento econômico que a de Caçador.

A SDR de Joaçaba foi a que mais se destacou economicamente nos pontos socioeconômicos visto no capítulo anterior, dentre as Secretarias da microrregião de Joaçaba. Ela apresentou um produto interno bruto e um produto per capita maior, absorveu a maior quantidade de pessoas ocupadas da microrregião, possui a melhor média do IDH-M e a melhor renda per capita, além de possuir a menor concorrência por emprego – 2,9 habitantes por emprego. O único item socioeconômico em que ela não se destacou refere-se ao grau de urbanização – ficou com o segundo maior saldo superavitário.

Também se destacou socioeconomicamente, abaixo de Joaçaba, a SDR de Videira, ocupando a segunda colocação em todos os itens descritos acima, além de apresentar o maior

grau de urbanização do Vale do Rio do Peixe. Já Caçador representa os piores resultados socioeconômicos da microrregião.

Essa sequência de Secretarias com melhor desempenho socioeconômico é a mesma que caracteriza as Secretarias com melhores saldos migratórios, reafirmando a teoria de que a migração acompanha o desenvolvimento econômico de cada região - onde existe um maior crescimento econômico há uma maior quantidade de indivíduos atraídos para esse local. (SINGER, 1980)

Porém observando a microrregião como um todo e comparando-a ao Estado, a microrregião de Joaçaba é área de expulsão de população - mesmo com o aumento de sua população de 2000 para 2010 – visto que apresentou saldos migratórios predominantemente negativos. Apenas alguns municípios obtiveram saldos positivos.

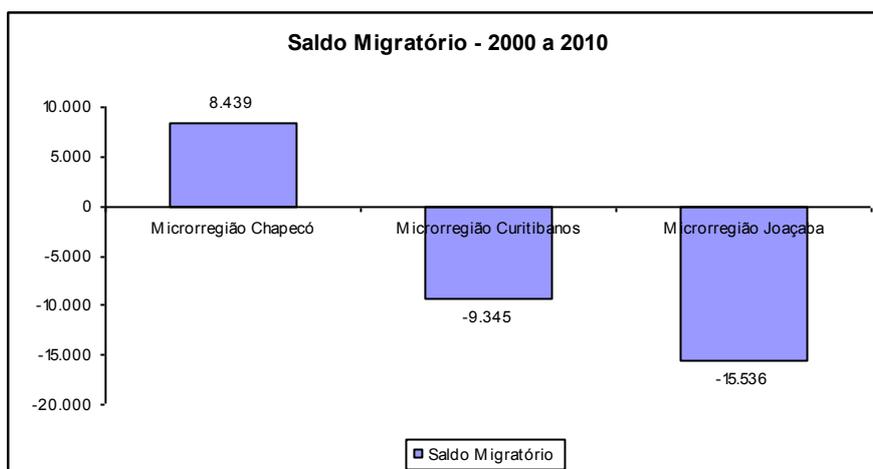
Todavia esses municípios não foram capazes de absorver a maior parte da população que migrou, portanto os migrantes direcionaram-se, em sua maioria, para fora da microrregião – em direção a outras regiões de Santa Catarina ou outros estados. Essa evasão populacional, como afirma Mioto, Lins e Mattei (2010, p.304), “está ligada à falta de perspectiva dos habitantes, principalmente daqueles envolvidos com as pequenas propriedades agrícolas familiares”.

Os fatores de expulsão - condicionadas as novas formas capitalistas e transformações sociais, conforme explicação de Singer (1980) é o fator que predomina nessa microrregião. Introdução de novas formas de trabalho, diminuição de ganhos na produtividade, dificuldade na manutenção da agricultura, mecanização da produção rural e pouca diversidade econômica na microrregião, tiveram importante papel na expulsão progressivamente da população local, principalmente do meio rural.

Uma vez detectado o fator de expulsão da microrregião, é importante verificar a direção dos fluxos dos indivíduos que residiam no Vale do Rio do Peixe - se migram para curtas distâncias ou longas distâncias. Everett Lee (1980) em seu estudo verificou que a maioria dos migrantes se dirigia para curtas distâncias – centros comerciais e industriais. Para identificar se essa realidade manifesta-se nessa microrregião, é apresentada uma comparação dos saldos migratórios populacionais de outras duas microrregiões próximas a de Joaçaba – Chapecó e Curitibanos, e em seguida comparando-as ao do estado de Santa Catarina.

O Gráfico 10 apresenta os saldos migratórios duas Microrregiões próximas a de Joaçaba, todas pertencentes ao Oeste Catarinense.

Gráfico 10 - Saldo Migratório da Microrregião de Chapecó, Curitibanos e Joaçaba no período de 2000 a 2010



Fonte: Elaboração própria segundo os dados dos Censos Demográficos – IBGE e Estatística Vitais – DATASUS/MS

Através dos dados apresentados no gráfico acima, duas microrregiões são consideradas de expulsão e uma de atração. A microrregião de Chapecó é a única que apresentou saldo positivo, ela absorve uma certa quantidade de migrantes, porém não é capaz de absorver a quantidade de migrantes gerada em toda essa região.

Dentre as microrregiões do Oeste Catarinense, a única que apresenta saldo positivo é a de Chapecó, e visto mais detalhadamente, dentro da microrregião o único município que apresenta um considerável saldo positivo é Chapecó, pólo regional, não suportando absorver toda a quantidade de migrantes do Oeste Catarinense. Então, esses saldos migratórios se deslocam para outras regiões de atração, como por exemplo, o Norte e o litoral do Estado. (MIOTO, LINS, MATTEI, 2010)

O Estado de Santa Catarina é o estado de maior atração populacional da região Sul, apresenta um saldo migratório de 841.861 com uma taxa líquida de migração de 13,47%. Dentre o período de 2000 a 2010 obteve um acréscimo na população de 892.076 habitantes, caracterizando-se em uma região de alta atratividade populacional.

Portanto, a maior parte dos migrantes da microrregião de Joaçaba está se deslocando a distâncias maiores, tanto dentro do Estado (regiões de atração) como fora do mesmo, não se constatando a afirmação de Everett Lee nessa microrregião - caracterizando-se então a migração em longas distâncias.

4.3 Resultado dos movimentos populacionais na microrregião de Joaçaba

O desenvolvimento do Vale do Rio do peixe está relacionado à agroindústria – principal atividade econômica da microrregião, ocupando grande porcentagem na participação do produto interno bruto dos municípios que a compõe. Essa atividade econômica foi motivada pela agricultura familiar que se estabeleceu no local desde a sua colonização, e desenvolveu-se através da modernização.

Influenciada pelos seus aspectos histórico-culturais, principalmente a migração local, essa microrregião iniciou-se com uma economia de pequenas produções rurais de agricultura familiar, passando a se destacar economicamente pelas agroindústrias modernizadas que com o tempo foram tomando o lugar de muitos produtores rurais. Nesse ínterim, a economia e a distribuição populacional local foram, na mesma proporção, se transformando e acompanhando o crescimento e mudanças ocorridas na região.

A relação entre o pequeno produtor rural e a agroindústria passou a ser dada através de um sistema de integração, onde a empresa oferecia os insumos e o suporte técnico necessário, e o pequeno produtor, integrado no sistema, participava com a força de trabalho e as instalações necessárias – como, por exemplo, a construções e manutenção de aviários ou chiqueiros. (MIOTO, LINS, MATTEI, 2010)

Tais produtores recebiam por produtividade, mas seus lucros passaram a ser menores dos que obtinham quando agricultura familiar. Criou-se o vínculo de subordinação, que com o tempo foi se agravando, visto que, as agroindústrias cobravam uma série de exigências que muitos não tinham condições de cumprir, além da restrição de acesso ao crédito para os produtores. Outro problema caracterizou-se no intenso trabalho necessário para garantir a qualidade e produtividade de suas criações (MIOTO, LINS, MATTEI, 2010).

Enfim configurou-se um tipo de trabalhador assalariado, mas sem carteira assinada e sem direitos trabalhistas. Os que permaneceram no sistema, se acomodaram nessa atividade econômica, e não buscaram alternativas de ganhos para a sua localidade. E muitos desses produtores, forem eliminados do sistema, pois não conseguiram acompanhar ou se adaptar as mudanças ocorridas, resultando na migração dos mesmos para outros lugares em busca de diferentes meios de vida.

Outro agravante para a região é o fato de que há poucas opções de sustento, uma vez que a agroindústria é atividade que mais dá retorno financeiro para a maioria desses municípios. Também há poucas alternativas econômicas de investimento na região, resultando

na falta de perspectivas dos indivíduos e conseqüentemente a migração destes para áreas de atração populacional - que apresentavam maior crescimento econômico.

Mais um ponto a ser destacado é a progressiva saída dos jovens das áreas rurais pela busca de melhores salários e qualificação profissional. Essa população que migra é a que está vinculada ao crescimento vegetativo, resultando em pontos negativos para a localidade devido a estagnação da população ou em um crescimento diminutivo da mesma. (MIOTO, LINS, MATTEI, 2010)

Segundo Myrdal (apud MIOTO, LINS, MATTEI, 2010, p. 294):

As localidades e regiões onde a atividade econômica está se expandindo, atrairão imigrantes em massa de outras partes do país. Como a migração é sempre seletiva, pelo menos a respeito ao fator idade, esse movimento, por si só, tenderá a favorecer as comunidades de rápido crescimento e prejudicar as outras.

Por ser a agroindústria a principal atividade da macrorregião, há uma grande preocupação, tendo em vista o intenso fluxo migratório para outras regiões, principalmente entre os jovens - onde as famílias dos pequenos produtores que fazem parte do sistema não terão uma seqüência. Portanto sem outras alternativas econômicas locais, esse sistema pode estar com seus dias contados, caso não haja o incentivo da permanência dos jovens nas regiões rurais, a dinâmica da atividade agropecuária pode estar comprometida.

A região precisa buscar alternativas para incentivar a permanência da população na localidade, principalmente os mais jovens, e buscar outras atividades econômicas para diminuir a dependência da atividade principal. Segundo Fachinello e Jonas Filho (2010, p. 189):

Para amenizar os problemas existentes no meio rural catarinense, diversas ações já se consolidam no estado e outras estão sendo desenvolvidas. Entre as atividades que se apresentam com grande potencial para a geração de renda nas propriedades rurais, destacando-se a industrialização rural, o turismo rural, a pecuária leiteira, a fruticultura e o reflorestamento.

Essas são alternativas para agregar à renda da população rural – fenômeno denominado “Pluriatividades” - que incentivam a permanência dos mesmos nesses espaços geográficos. O governo, as agroindustriais e as cooperativas podem estar participando ativamente nesse trabalho. As agroindústrias, por exemplo, poderiam estimular a criação de empresas que atendem as suas próprias necessidades, sem precisar buscar em outros lugares o que não encontram na região, colaborando também com sua produção. (FACHINELLO e FILHO, 2010)

A combinação de outras atividades não agropecuárias é importante para produção de emprego na zona rural, como por exemplo, a exploração do turismo com piscicultura, complexos hípicas, Pesque-Pague, lazer, ambientalismo, ou hospedagens em espaços para moradia em meio a natureza – muito procurando nesses últimos tempos onde as pessoas preferem “fugir” dos grandes centros e ir para lugares mais calmos em busca de descansar em suas férias.

A comercialização de outros produtos coloniais, como produção de leite – aproveitando a sua própria criação, fabricação de queijos, iogurtes, geléias, sucos de frutas e até mesmo a fruticultura, também garantem a continuidade da agricultura.

Na região já existem projetos para incentivar o turismo local que vai inserir muitos municípios da microrregião de Joaçaba, como é o caso do turismo denominado “Rota Italiana” e o “Vale do Contestado”, representado pelo núcleo intermunicipal de turismo (NITUR), esses projetos estão buscando incentivos fiscais e econômicos. Portanto os agentes públicos também podem intervir contribuindo para estimular o turismo local.

Outros incentivos feitos na microrregião já contribuem, de certa maneira, para um maior aquecimento local - como a construção de parques com águas thermais, como é o caso do município de Ouro e Treze Tílias – ajudando na atração turística local. A opção de oportunidades de emprego em cidades próximas também colabora para a permanência da população na área rural.

Outros incentivos feitos foram as instalações de campi da Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC), onde mais municípios da microrregião se beneficiaram com uma maior rede de ensino. Ivo Theis afirma que “regiões ganhadoras abrigam universidades, indicando haver relação entre educação superior e desenvolvimento econômico regional”.

A presença de universidades auxilia na formação humana, na capacitação força de trabalho, e até mesmo pode colaborar com novas alternativas para a dinâmica econômica local; além de ser um instrumento de atração para a população mais jovem, pois não precisam se deslocar para maiores distâncias com objetivo de estudar, incentivando a permanência da população na região de origem.

Porém esses incentivos não foram o suficiente para segurar a população local – tanto rural quanto urbana, porém se há uma cooperação mútua entre governo, empresas e cooperativas pode ocasionar e promover o desenvolvimento de uma determinada região. Por exemplo, no caso da microrregião de Joaçaba, uma oportunidade que poderia ser praticada seria a reativação da estrada de ferro – que atravessa vários de seus municípios, e construção

de um aeroporto maior – contribuindo para o escoamento da produção local e consequentemente aumentando a competitividade das empresas locais.

Essa região não dispõe de um planejamento estratégico, pois não direciona seus investimentos para o dinamismo e diversificação da economia local. Fica, pois, claro que, a elaboração de estratégias para um desenvolvimento econômico planejado é necessário, partindo de políticas públicas guiados pelos agentes públicos, que incentivem o dinamismo econômico, organizem a distribuição de capital e elaborem uma gestão de desenvolvimento mais eficiente para a microrregião.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Migração – fenômeno conhecido como uma mudança de residência permanente ou semi permanente do indivíduo (LEE, 1980) – está historicamente atrelada as mudanças decorrentes do desenvolvimento econômico, principalmente do sistema capitalismo que concentrou a riqueza e as atividades econômicas em alguns espaços geográficos específicos – resultando em desigualdades regionais que caracteriza o combustível das migrações internas (SINGER, 1980).

O comportamento da mobilidade espacial é entendido dentro de um contexto dinâmico socioeconômico que predomina os movimentos em direção a locais com melhores índices de desenvolvimento humano, privilegiando os espaços urbanos (HARVEY, 2006). O debate entre as abordagens teóricas acerca do fenômeno migratório enfatiza a importância da força de atração ou expulsão que distingue cada região, características positivas ou negativas que levam as pessoas a migrarem, ou não – como: vantagens econômicas, melhor infraestrutura, nível de desenvolvimento humano, ou, clima, escassez de alimento, desemprego e até mesmo diferenças culturais. Levando também em conta outros pressupostos, como as unidades familiares e as preferências individuais de cada integrante

Dentro desse contexto teórico, interpretam-se as características da mobilidade populacional dentro da microrregião de Joaçaba - no período de 2000 a 2010 - partindo da compreensão da dinâmica socioeconômica da área de abrangência das Secretarias de Desenvolvimento Regional e seu processo de colonização.

Essa microrregião, pertencente ao Meio-Oeste Catarinense e também chamada de Vale do Rio do Peixe, presenciou uma colonização e uma formação econômica em que o imigrante europeu desempenhou um importante papel, assim como em todo o território do Estado. Eles estabeleceram pequenas atividades comerciais - caracterizadas pela exploração de madeira e erva mate, e de pequenas atividades agropecuárias (criação de animais com destaque para os suínos e aves), que, com o novo padrão de crescimento econômico, modernizou-se transformando o complexo agrocomercial em agroindustrial.

A agroindústria permanece atualmente ocupando um importante papel na economia da microrregião, desempenhando a principal atividade econômica local - desenvolvida através de um sistema de integração entre empresa e pequeno produtor (MIOTO, LINS, MATTEI, 2010).

Com relação a economia da microrregião, o setor da indústria e de serviços participam com a maior parcela do PIB, com destaque para a indústria, dentre os períodos analisados. Elas apresentam situações econômicas semelhantes, sendo que, na SDR de Joaçaba foi a que se destacou seguido da Secretaria Videira e, por último, Caçador, apresentando uma ordem decrescente de melhor desempenho tanto socioeconomicamente quanto de saldos migratórios.

Confirmando o fato do comportamento da mobilidade populacional estar ligada ao seu desempenho econômico - verificado através na análise na microrregião como um todo, tendo que vista a economia local, onde a agroindústria é a atividade que mais dá retorno e não há muitas opções de sustento, fora essa atividade. Caracterizando uma microrregião pouco dinâmica, ela não é considerada um território que atrai população, fato esse comprovado pelos saldos negativos apresentados por toda a microrregião.

Mesmo possuindo certo número de empregos em outros setores econômicos, as Secretarias não comportam grande parte da população economicamente ativa e não oferecem grandes vantagens econômicas em outras áreas; além de apresentar um índice de urbanização alto e progressivo, principalmente entre os jovens, e falta de incentivos e estímulos para os produtores rurais dessas localidades. Por consequência saldos migratórios são negativos, com um maior número de indivíduos saindo do que permanecendo na microrregião.

A falta de dinamismo da região e os problemas com os pequenos produtores rurais são um dos principais fatores que afeta negativamente essa região. Desde os anos 90, o setor primário enfrenta uma série de dificuldades, associadas as mudanças sociais e econômicas, como a migração da população do campo para a cidade, o investimento em avanços tecnológicos nas atividades agrícolas e abertura comercial – resultando na diminuição da renda dos produtores, na falta de mão de obra na área rural e na diminuição do número de produtores rurais.

A relação entre o pequeno produtor rural e a agroindústria está cada vez mais instável, devido a uma série de fatores como: a diminuição do lucro dos produtores, seus jovens filhos migrando para outros locais e não dando continuidade a sua produção, a dificuldade de se adquirir os créditos e os atrativos financeiros de outras regiões. Esses fatores influenciam no deslocamento dos mesmos para áreas urbanas, e para outros tipos de atividades, diminuindo a quantidade de pequenos produtores que mantêm o sistema da agroindústria. (MIOTO, LINS, MATTEI, 2010).

Outras atividades econômicas que possibilitem a diversificação, acrescentem a renda do produtor rural e um aumentem o número de empregos seriam de extrema importância para

tornar a área rural mais atrativa. Algumas alternativas já foram implantadas na microrregião e outras ainda estão em estudo e dependendo de aprovação governamental, porém se não houver um planejamento estratégico e direcionamento correto de áreas que deve-se investir, essas medidas não serão suficientes para atrair a população.

O turismo rural, pecuária leiteira, industrialização rural, comercialização de outros produtos rurais e investimento em educação através de implantação de cursos universitários de qualidade que atendam a demanda local, são exemplo de “Pluriatividades” que incentivam a permanência da população nessas áreas de expulsão. Tornar a área rural mais atrativa, possibilita a permanência dos jovens nesse espaço geográfico, contribuindo para a continuidade dessa atividade produtiva, além da diversidade de produção que agrega a economia local.

Se medidas socioeconômicas não forem tomadas para manter essa população na suas áreas de origem, vai haver, cada vez mais, uma urbanização e um saldo migratório negativo nessas regiões. Fica, pois, claro que há uma urgente necessidade de um investimento na economia local, desde incentivos em outras atividades econômicas até investimentos em educação -agregando capital humano - e turismo.

Essas medidas só serão possíveis através da elaboração de um planejamento estratégico eficiente que possibilite o desenvolvimento econômico diversificado na microrregião, através de medidas como: implemento de políticas públicas que organizam a distribuição da riqueza de forma a beneficiar vários setores da economia, incentivos governamentais que viabilizem projetos de desenvolvimento local, apoio e atitude da população local e cooperativas e viabilização de propagandas que estimulam a economia local.

Nessas condições conclui-se que, a maneira como a população está distribuída no território está diretamente ligada às consequências do desenvolvimento econômico, tendo implicações que afetam negativamente uma determinada região. Estudar os movimentos migratórios na microrregião de Joaçaba faz refletir sobre o importante papel que detêm um planejamento estratégico na formação e manutenção de uma economia local, assunto este relevante para a pesquisa de trabalhos futuros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGOSTINI, O. S. **Panorama Catarinense**. Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Sustentável de Santa Catarina. Disponível em: http://www.sds.sc.gov.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=40&Itemid=46. Acesso em: 15 out. 2008.

BENKO, George. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. São Paulo: Hucitec, 1996.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo demográfico (2000). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/default_censo_2000.shtm>. Acesso em: 5 out. 2011.

BRASIL, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). IPEADData. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>>. Acesso em: 5 out. 2011.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo demográfico (2010). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 5 out. 2011.

BRASIL, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Ranking decrescente do IDH-M dos municípios do Brasil (2000). Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH-M%2091%2000%20decrecente%20%28pelo%20dados%20de%202000%29.htm>>. Acesso em: 15 out. 2010.

CARVALHO, J. A. M.; RIGOTTI, J. I. **Os dados censitários Brasileiros sobre Migrações internas: algumas sugestões para análise**. Revista Brasileira de Estudos de População, vol. 15, n° 2, Associação Brasileira de Estudos de População, São Paulo.

FACHINELLO, A.L; SANTOS FILHO, J.I. **Agricultura e agroindústria catarinenses: panorama, impasses e perspectivas do sistema agropecuário**. In MATTEI, L; LINS, H.N (Orgs.) A socioeconomia catarinense: cenários e perspectivas no início do século XXI. Chapecó: Argos, 2010.

FERREIRA, A. Migrações internas e subdesenvolvimento: uma discussão. **Revista de Economia Política**. São Paulo, p. 98-124, jan./abr., 1986.

GOULARTI FILHO, A. **Formação Econômica de Santa Catarina: uma tentativa de síntese**. In MATTEI, L; LINS, H.N (Orgs.) A socioeconomia catarinense: cenários e perspectivas no início do século XXI. Chapecó: Argos, 2010.

GOULARTI FILHO, A. **Formação econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2002.

HARRIS, J.H; TODARO, M.P. **Migração desemprego e desenvolvimento: uma análise com dois setores**. In MOURA, H.A (org.) Migração Interna: textos selecionados. BNB. Fortaleza, 1980.

HARVEY, D. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Ed. Loyola, 2 edição, 2006 (tradução: Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves).

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Ed. Loyola, 2 edição, 2005 (tradução: Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves).

LAGO, P.F. **Santa Catarina: dimensões e perspectivas**. Florianópolis: UFSC, 1978.

LAGO, Paulo Fernando . **Santa Catarina: a transformação dos espaços geográficos**. Florianópolis: Verde Água Produções Culturais, 2000.

LEE, E. S. **Uma Teoria sobre a Migração**. In: MOURA, H.A (org.) Migração Interna: textos selecionados. BNB. Fortaleza, 1980.

MATA, M. da. **Urbanização e migrações internas**. In MOURA, H.A (org.) Migração Interna: textos selecionados. BNB. Fortaleza, 1980.

MARTÍNEZ, U.F; GARCÍA, J.G. Modelos Migratorios: Una revisión. **Revista Asturiana de Economía**. RAE n. 21, 2001. Disponível em: <<http://www.revistaasturianadeeconomia.org/raepdf/21/P209-236.pdf>>. Acesso em: Acesso em: 30 set. 2011.

MARX, K. **O Capital: Crítica da Economia Política**. São Paulo: Nova Cultural, v.1, 2. ed, 1985.

MATTEI, L; LINS, H.N. **Tendências e desafios do desenvolvimento socioeconômico catarinense**. In MATTEI, L; LINS, H.N (Orgs.) A socioeconomia catarinense: cenários e perspectivas no início do século XXI. Chapecó: Argos, 2010.

MIOTO, B. T. **O movimento migratórios em Santa Catarina no limiar do século XXI.** 2008. 85 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis 2008.

MIOTO, B.T, LINS, H.N, MATTEI, L. **A realidade demográfica de Santa Catarina na virada do século XXI.** In MATTEI, L; LINS, H.N (Orgs.) A socioeconomia catarinense: cenários e perspectivas no início do século XXI. Chapecó: Argos, 2010.

MOURA, H. A. **Migração Interna:** Textos Seleccionados. BNB. Fortaleza, 1980.

OLIVEIRA, O de; STERN C. **Notas sobre a teoria da migração interna:** aspectos sociológicos. In MOURA, H.A (org.) Migração Interna: textos seleccionados. BNB. Fortaleza, 1980.

MUNIZ, J.O. **Um ensaio sobre as causas e características da migração.** Mimeo, 2002. Disponível em: < http://www.ssc.wisc.edu/~jmuniz/ensaio_migracao.pdf>. Acesso em: 15 out. 2011.

PEIXOTO, J. **As teorias explicativas das migrações:** teorias micro e Macro-sociológicas. SOCIUS. Lisboa, 2004. → peguei da net mas tinha disciões, deixo assim?

RAVENSTEIN, E. G. **As Leis da Migração.** In MOURA, H.A (org.) Migração Interna: textos seleccionados. BNB. Fortaleza, 1980.

REGENSBURGER, J. **Indústria e espaço urbano: Implicações sócio-espaciais no município de Joaçaba – SC.** 2006. 163 f. Dissertação (Pós-Graduação em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social:** Métodos e Técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SALIM, Celso A. **Migração:** o fato e a controvérsia teórica. In: Anais do ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 8, 1992, Campinas: ABEP, 1992.

SANTA CATARINA, Governo do Estado de Santa Catarina. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional. Disponível em: <<http://www.sc.gov.br/conteudo/governo/regionais/joacaba.htm>>. Acesso em: 15 out. 2010.

SANTA CATARINA, Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR). Municípios de Abrangência. Disponível em: <http://www.sc.gov.br/conteudo/governo/paginas/index_secretariasregionais.htm>. Acesso em: 15 out. 2010.

SANTOS, S.C. dos. **Nova história de Santa Catarina. SC: 2ª edição, 1977.**

SANTOS, Roselys Correa dos. **A terra Prometida: emigração italiana: mito e realidade.** Itajai: Editora da UNIVA 1.1, 1998, p. 144.

SEBRAE, **Serviços Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.** Santa Catarina em números (2010). Disponível em: <<http://www.sebrae-sc.com.br/scemnumero/relatoriomunicipal.asp>>. Acesso em: 5 out. 2011.

SINGER, P. **Migrações Internas: considerações teóricas sobre seu estudo.** In MOURA, H.A (org.) Migração Interna: textos selecionados. Fortaleza: BNB, 1980.

SJAASTAD, A.L. **Os custos e retornos da migração.** In MOURA, H.A (org.) Migração Interna: textos selecionados. BNB. Fortaleza, 1980.

THEIS, M.I. **A dinâmica espacial recente da economia catarinense.** In MATTEI, L; LINS, H.N (Orgs.) A socioeconomia catarinense: cenários e perspectivas no início do século XXI. Chapecó: Argos, 2010.

TODARO, M.P. **A migração de mão de obra e o desemprego urbano em países subdesenvolvidos.** In MOURA, H.A (org.) Migração Interna: textos selecionados. BNB. Fortaleza, 1980.

VICENZI, Renilda. **Mito e história na colonização do Oeste catarinense.** Chapecó: ARGOS, 2008.

_____. Conferência Nacional do Municípios. **Dados indicadores.** Disponível em <http://www.cnm.org.br/dado_geral/ufmain.asp?iIdUf=100142>. Acesso em: 5 out. 2011.

_____. Secretaria de Estado do Planejamento. **Dados estatísticos municipais: Energia elétrica.** Disponível em <http://www.spg.sc.gov.br/dados_munic.php>. Acesso em: 5 out. 2011.

____ Ministério da Saúde. **DATASUS – Departamento de Informática do SUS.**
Disponível em < <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=02>>. Acesso em: 15
out. 2009.